



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

MACAPÁ
2015



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do Exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único Art. 70 da Constituição Federal de 1988, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 134/2013 e da Portaria TCU nº. 90/2014, de 16 de abril de 2014, da Decisão Normativa TCU nº. 140, de dezembro de 2014 e da Decisão Normativa TCU nº. 143, de 18 de março de 2015.

**MACAPÁ
2015**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Reitora
Eliane Superti

Vice-Reitora
Adelma das Neves Nunes Barros

Pró-Reitora De Administração
Wilma Gomes Silva Monteiro

Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais
Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias
Rafael Pontes Lima

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Dorivaldo Carvalho dos Santos

Pró-Reitor de Graduação
Marcos Paulo Torres Pereira

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões

Pró-Reitor de Planejamento
Allan Jasper Rocha Mendes

MACAPÁ
2015

Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN (Equipe)

Allan Jasper Rocha Mendes

Secretaria

Lorena Oliveira de Souza

Estagiário

Rodolfo Campana Tres

Departamento de Planejamento - DEPLAN

Raimundo Gomes Barbosa

Dandara Menezes de Oliveira

Eder Bart Souza da Cruz

João Paulo Goes de Oliveira Torres

Jose Pery dos Anjos Lobato Junior

Luiz Carlos Silva de Araujo

Vagno Moura Gomes

Thiarlliane da Silva Souza

Departamento de Avaliação Institucional - DEAVI

Marilyn de Azevedo Costa Trindade Carvalho dos Santos

Israel de Melo Souza

Departamento de Informações Institucionais e Estatísticas - DEINFES

Luciana Santos Ayres da Silva

Eric Joel Ferreira do Amaral

Lidiane Furtado Ferreira Rodrigues

Paulo Guilherme Pinheiro dos Santos

Cláudia Cristina Brito Pessoa

Elaboração do Relatório de Gestão:

Raimundo Gomes Barbosa

Luciana Santos Ayres da Silva

Aldery da Silva Mendonça

Paulo Guilherme Pinheiro dos Santos

Luiz Carlos Silva de Araujo

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) apresenta à sociedade o Relatório de Gestão que trata da Prestação de Contas do Exercício de 2014, em conformidade com as normas legais aplicáveis a Administração Pública, principalmente no que tange o parágrafo único art. 70 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a obrigatoriedade do gestor público apresentar prestação de contas sobre os recursos públicos aplicados, bem como informar à sociedade as principais atividades desenvolvidas pela Universidade. A boa gestão de recursos públicos pressupõe não apenas a conformidade dos procedimentos adotados com a lei, mas, também, a eficácia, eficiência e efetividade das ações, cabendo, por conseguinte, a prestação de contas evidenciar sob tais aspectos a gestão realizada.

Objetivando atender as recomendações e as exigências da Decisão Normativa (DN) nº 140 e da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União (TCU) e as disposições da Instrução Normativa (IN) TCU nº. 63/2010, da DN TCU nº. 134/2013 e da Decisão Normativa TCU nº. 143, de 18 março de 2015, a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) coordenou o processo de elaboração do presente relatório, o qual foi estruturado com as seguintes informações:

O primeiro capítulo do Relatório aborda as informações pertinentes à **parte A** do anexo II da DN nº 134/2013 – Conteúdo Geral (Identificação e atributos das unidades jurisdicionadas cujas gestões compõem o relatório, Informações sobre governança, Relacionamento com a sociedade, Ambiente de atuação, Planejamento da unidade e resultados alcançados, Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira, Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados, Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, Gestão de tecnologia, Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, Atendimento de demandas de órgãos de controle, Informações contábeis e Outras informações sobre a gestão). O segundo capítulo do relatório que trata da **parte B** do anexo II da DN nº 134/2013 – de conteúdo específico por unidade jurisdicionada ou grupo de unidades afins, no caso das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), aborda os (Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – plenário e Modificações Posteriores, Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho da Universidade e Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio).

Vale ressaltar que alguns itens, subitens e quadros descritos na Portaria nº 90/2014 do TCU não foram abordados, conforme demonstrado a seguir:

Não se aplicam os quadros A.5.2.1, A.5.2.2, A.5.2.3.2, A.5.3.3, A.5.2.3.4, A.6.1.2.1, A.6.1.3.2, A.6.1.3.4, A.6.6.2, A.6.6.3; A.6.7.1.1, A.6.7.2.1, A.6.7.2.2, A.6.7.2.3, A.6.7.2.4.1, A.6.7.2.4.2, A.6.7.2.5.1, A.6.7.2.5.2, A.6.7.2.6, A.6.7.2.7, A.6.7.2.8, A.6.7.2.9, A.6.7.2.10, A.6.7.2.11, A.7.1.4.2 e A.12.4.1. **Não ocorreram** os quadros A.6.5.1, A.6.5.2, A.6.5.3, A.6.5.4, A.6.6.1, A.6.6.2 e A.6.6.3.

Os resultados apresentados neste relatório, certamente, devem-se ao trabalho árduo de seu quadro de pessoal (docentes e técnico-administrativos) que buscou de forma incansável, a execução das ações com vistas a alcançar os objetivos institucionais.

Por fim, com esse relatório, a UNIFAP apresenta aos órgãos de controle interno e externo e comunidade em geral as ações executadas no exercício de 2014.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE GRÁFICOS	9
LISTA DE ABREVIATURAS	10
I PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013	15
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada	15
1.2 Finalidade e Competências Institucionais	15
1.3 Organograma Funcional	17
1.4 Macroprocessos finalísticos	20
2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	23
2.1 Estrutura de Governança	23
2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	23
2.3 Sistema de Correição	24
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	25
3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	26
3.1 Canais de acesso do cidadão	26
3.2 Carta de serviço ao cidadão	28
3.3 Mecanismo para medir a satisfação dos produtos e serviços	28
3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada	28
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada	28
3.6 Medidas relativas à acessibilidade	29
4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	29
4.1 Informações do ambiente de atuação da unidade jurisdicionada	29
5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	30
5.1 Planejamento da unidade	30
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	33
5.2.1 Ações	33
5.2.2 Ações OFSS	33
6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	51
6.1 Programação e execução das despesas	51
6.1.1 Programação das despesas	51
6.1.2 Movimentação de Créditos Externa	52
6.1.3 Realização da Despesa	53
6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	53
6.1.3.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos Originários – Total	55
6.1.3.3 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	56
6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos de Movimentação	57
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda	58
6.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	58
7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	59
7.1 Estrutura de pessoal da unidade	59
7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	59
7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho	60
7.1.3 Custo de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	62
7.1.4 Irregularidades na área de pessoal	63
7.1.4.1 Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	63
7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos	63

7.1.5	Riscos identificados na gestão de pessoal	63
7.1.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	63
7.2	Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	64
7.2.1	Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	64
7.2.2	Locação de Mão de obra para atividade não Abrangida pelo plano de cargos dos Órgãos	65
7.2.3	Contratação de Estagiários	66
8	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO	66
8.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	66
8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	67
8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens imóveis de Uso Especial	67
8.2.2	Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	67
8.3	Bens Imóveis locados de Terceiros	68
8.3.1	Cessão de Espaço Físico em imóvel da união	68
9	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	71
9.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	71
10	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	71
11	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	72
11.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	72
11.1.1	Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	72
11.2.	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	73
11.2.1	Recomendações do OCI Atendimento no Exercício	73
11.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	75
11.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93	83
11.3.1	Situação do Cumprimento das obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93	83
11.4	Alimentação SIASG e SICONV	83
12	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	84
12.1	Declaração com Ressalva	84
	PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO	
II	ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.	85
13	Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 Plenário e Modificações Posteriores	86
14	Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	93
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Identificação da UNIFAP – Relatório de Gestão Individual	15
Quadro 2	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	18
Quadro 3	Macroprocesso finalístico da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	19
Quadro 4	Macroprocessos finalístico da Pró-Reitoria de Graduação	20
Quadro 5	Macroprocessos finalístico da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias	21
Quadro 6	Macroprocessos finalístico da Pró-Reitoria de Relações Internacionais	22
Quadro 7	Médias das avaliações dos elementos do sistema de controle interno	25
Quadro 8	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UNIFAP	25
Quadro 9	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	33
Quadro 10	Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.	34
Quadro 11	Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	35
Quadro 12	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais	37
Quadro 13	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	38
Quadro 14	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	40
Quadro 15	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	41
Quadro 16	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	43
Quadro 17	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	44
Quadro 18	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	45
Quadro 19	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	46
Quadro 20	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	47
Quadro 21	Pagamento de Pessoal Ativo da União	48
Quadro 22	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	49
Quadro 23	Programação de Despesas	51
Quadro 24	Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	52
Quadro 25	Despesas por Modalidade de Contratação-Créditos Originários-Total	53
Quadro 26	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa-Créditos Originários-Total	55
Quadro 27	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	56
Quadro 28	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	57
Quadro 29	Despesas com Publicidade	58
Quadro 30	Restos a Pagar inscritos em Exercício Anteriores	58
Quadro 31	Força de Trabalho da UJ	59
Quadro 32	Distribuição da Lotação Efetiva	59
Quadro 33	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	60
Quadro 34	Número de servidores inscritos e concluintes por curso	60
Quadro 35	Custos do pessoal	62
Quadro 36	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	64
Quadro 37	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	65
Quadro 38	Composição do Quadro de Estagiário	66
Quadro 39	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	67
Quadro 40	Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel Funcional	67
Quadro 41	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial Locados de Terceiros	68
Quadro 42.A	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	68
Quadro 42.B	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	69

Quadro 42.C	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	69
Quadro 42.D	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	69
Quadro 42.E	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	70
Quadro 42.F	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	70
Quadro 43	Contrato na Área de Tecnologia da Informação	71
Quadro 44	Aspectos da Gestão Ambiental	71
Quadro 45	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	72
Quadro 46	Relatório de Cumprimento do Órgão de Controle Interno	73
Quadro 47	Situações das recomendações de OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	75
Quadro 48	Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	83
Quadro 49	Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG	83
Quadro 50	Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	84
Quadro 51	Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002	86
Quadro 52	Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002	86
Quadro 53	Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Tipos de processo	24
Gráfico 2	Atendimentos na Ouvidoria da UNIFAP em 2014	27
Gráfico 3	Número de Professores e Técnicos por titulação em 2014	30
Gráfico 4	Número de Professores e Técnicos em 2014	31
Gráfico 5	Número de Bolsas disponibilizadas por <i>Campus</i> em 2014	32
Gráfico 6	Número de procedimentos executados na UBS em 2014	33
Gráfico 7	Número de servidores inscritos e concluintes por curso de capacitação	61
Gráfico 8	Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente no período de 2010/2014	87
Gráfico 9	Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente no período de 2010/2014	88
Gráfico 10	Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU no período de 2010/2014	88
Gráfico 11	Funcionário Equivalente sem HU/professor Equivalente no período de 2010/2014	89
Gráfico 12	Grau de Participação Estudantil no período de 2010/2014	90
Gráfico 13	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação no período de 2010/2014	90
Gráfico 14	Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação no período de 2010/2014	91
Gráfico 15	Índice de Qualificação do Corpo Docente no período de 2010/2014	91
Gráfico 16	Taxa de Sucesso na Graduação no período de 2010/2014	92

LISTA DE ABREVIATURAS

ARTI	Alunos de Residência Médica em Tempo Integral
AEEA	Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura
AER	Assessoria Especial da Reitoria
AG	Alunos de Graduação
AGE	Alunos Equivalentes de Graduação
AGTI	Alunos de Graduação em Tempo Integral
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APG	Alunos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>
APGTI	Alunos de Pós-Graduação em Tempo Integral
AR	Alunos de Residência Médica
AUDINT	Auditoria Interna
BIC	Biblioteca Central
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPG	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CGU	Controladoria Geral da União
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEG	Coordenadoria de Ensino de Graduação
CONDIR	Conselho Diretor
CONSU	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPPD	Comissão Permanente do Pessoal Docente
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CsF	Ciência sem Fronteira
DACE	Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis
DAP	Departamento de Administração de Pessoal
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DCBS	Departamento de Ciências Biológicas e Saúde
DCEP	Divisão de Capacitação e Educação Profissional
DCET	Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas
DDP	Departamento de Desenvolvimento de Pessoas
DE	Dedicação Exclusiva
DEaD	Departamento de Educação à Distância
DEd	Departamento de Educação
DEAVI	Departamento de Avaliação Institucional
DEFIN	Departamento Financeiro
DEINFES	Departamento de Informações Institucionais e Estatística
DEPAG	Departamento de Administração Geral
DEPLAN	Departamento de Planejamento
DEPSEC	Departamento de Processos Seletivos e Concursos
DEFCH	Departamento de Filosofia e Ciências Humanas
DES	Departamento de Saúde
DEX	Departamento de Extensão
DICON	Divisão de Contratos

DINT	Departamento de Interiorização
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DIVICON	Divisão de Convênios
DLA	Departamento de Letras e Artes
DMAD	Departamento Acadêmico de Meio Ambiente e Desenvolvimento
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
DPG	Departamento de Pós-Graduação
DPq	Departamento de Pesquisa
DSP	Divisão de Serviço Psicossocial
EAD	Ensino à Distância
EDIT	Editora Universitária
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FUNPEA	Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias
GAB	Gabinete
GEPG	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação
GPE	Grau de Participação Estudantil
HU	Hospital Universitário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
ISO	Organização Internacional para Padronização
IN	Instrução Normativa
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NAI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
OCI	Órgão de Controle Interno
OFSS	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAID	Plano de Atividades Individuais Docente
PAINT	Plano de Auditoria Interna
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica
PIBIT	Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PLS	Plano de Logística Sustentável
PPGBIO	Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical
PPGMDR	Programa de Pós-Graduação/ Mestrado em Desenvolvimento Regional
PPGDAP	Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde
PPGCF	Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPC	Projeto Pedagógico de Curso

PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PROCRI	Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais
PROEAC	Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias
PROEX	Programa de Suporte à Extensão
PROFMAT	Mestrado Profissional em Matemática
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROLIND	Programa de Licenciatura Intercultural Indígena
PROPESPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROVIC	Programa Voluntário de Iniciação Científica
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RP	Restos a Pagar
SA	Solicitação de Auditoria
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SESu	Secretaria de Educação Superior
SETAP	Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Amapá
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIAPCAD	Sistema de Informações Cadastrais dos Servidores Públicos Federais
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Servidores
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG	Sistemas Integrados de Gestão
SIGAA	Sistema Integrado da Área Acadêmica
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISAC	Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões
SISFOR	Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SUS	Sistema Único de Saúde
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UMAP	Universidade da Maturidade
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIMULHER	Universidade da Mulher
UO	Unidade Orçamentária
UPV	Universidade Pré-Vestibular

I – PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013

I – PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação (MEC)			Código SIORG: 1710
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundação Universidade Federal do Amapá			
Denominação Abreviada: UNIFAP			
Código SIORG: 1710	Código LOA: 26286	Código SIAFI: 154215	
Natureza Jurídica: Fundação		CNPJ: 34.868.257/0001-81	
Principal Atividade: Ensino, Pesquisa e Extensão			Código CNAE: 8531700
Telefones/Fax de contato:	(96) 3312-1702	(99) 3312-1703	(96) 3312-1706
Endereço Eletrônico: reitor@unifap.br			
Página na Internet: http://www.unifap.br			
Endereço Postal: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira, Km 02 - s/n, Bairro Jardim Marco Zero - Macapá - AP, CEP 68.902-280			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Autorizada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986 e criada pelo Decreto nº 98.977, de 02 de março de 1990.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto: Portaria nº 1.053, de 12 de julho de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 14 de julho de 1999.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria Ministerial nº 868/90, de acordo com o Parecer nº 649/90-SESu, aprovado em 09.08.1990 e publicado na Documenta MRC nº 35.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
154215	Fundação Universidade Federal do Amapá		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
154215	Fundação Universidade Federal do Amapá		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
154215		15278	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
154215	Fundação Universidade Federal do Amapá		

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

A UNIFAP é uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União, criada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instituída pelo Decreto nº 98.977, de 02 de março de 1990, vinculada ao MEC, tendo sede e foro na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. Possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. É uma Instituição multicampi, distribuída da seguinte forma: *Campus* Marco Zero do Equador, na cidade de Macapá; *Campus* Santana, na cidade de Santana; *Campus* Binacional, na cidade de Oiapoque e *Campus* Mazagão.

Conforme estabelecido no Artigo 3º do Regimento Geral, a UNIFAP tem por objetivos e funções:

I - ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão;

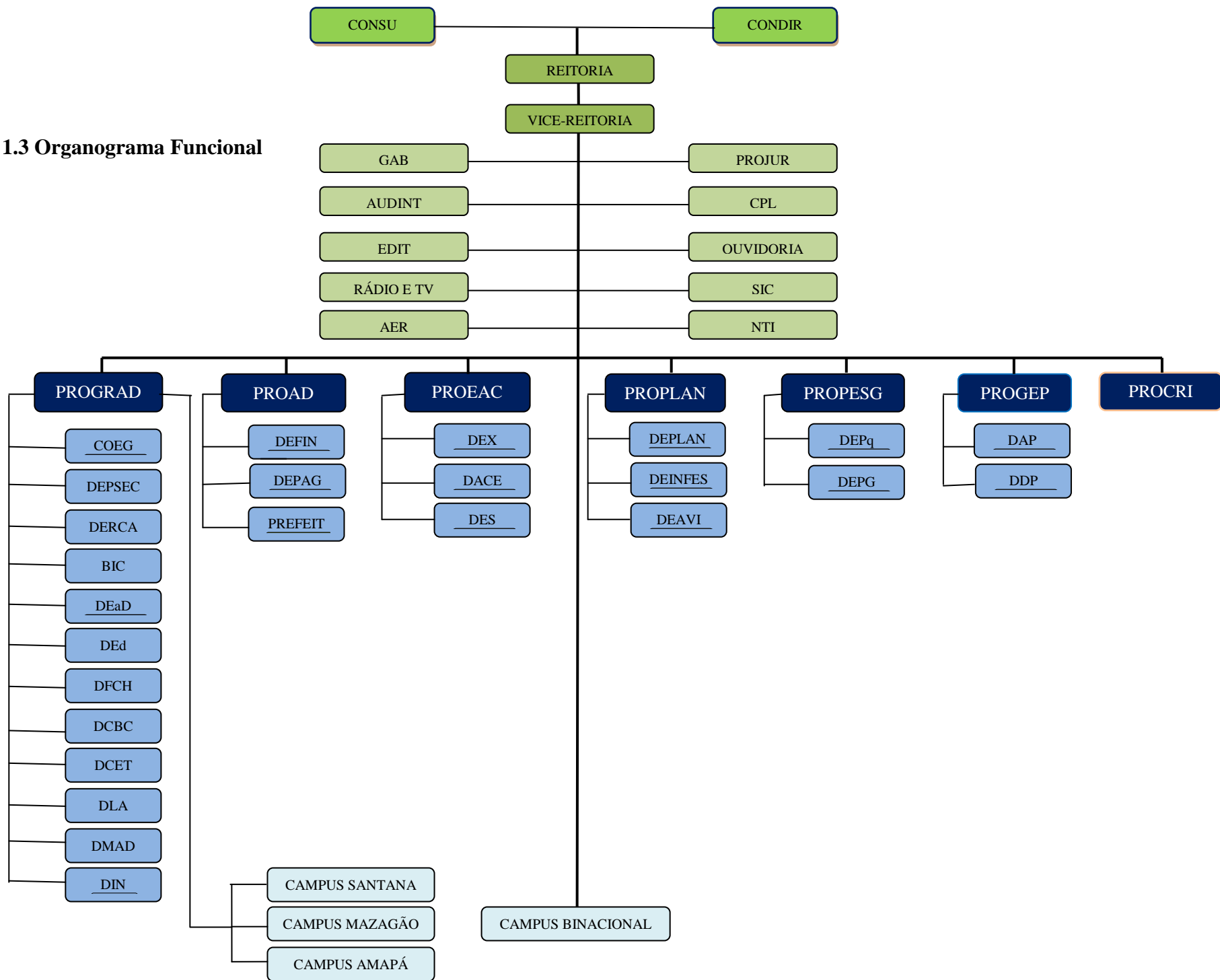
I - desenvolver as ciências, as letras e as artes;

III - prestar serviços a entidades públicas e privadas e a comunidade em geral; e

IV - promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

A Universidade possui em sua estrutura organizacional Órgãos Colegiados Superiores (Conselho Diretor - CONDIR e Conselho Universitário - CONSU); Órgãos Executivos Superiores (Reitoria e Pró-Reitorias); Órgãos de Assessoramento, Órgãos da Administração Geral e Órgãos Executivos de Administração Específica, conforme Regimento Geral aprovado pela Resolução nº 09/2002-CONSU/UNIFAP, em 29 de abril de 2002; e pelas Resoluções nº 01/2013-CONDIR de 27 de março de 2013 que cria a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais (PROCRI); 05/2012 que cria o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI); 07/2013 que cria o Departamento Acadêmico de Meio Ambiente e Desenvolvimento (DMAD); e ainda, as Resoluções nº 19/2006-CONSU, 09/2009-CONSU e 01/2013-CONSU que criam, respectivamente, os *Campi* de Santana, Mazagão e Binacional.

1.3 Organograma Funcional



Quadro 2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Definir a política de ensino de graduação da Universidade; apoiar e acompanhar o trabalho pedagógico dos cursos de graduação; elaborar e atualizar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação; coordenar os processos para a melhoria da qualidade do ensino; acompanhar e avalia permanentemente o ensino de graduação; elaborar plano e acompanhar estágio probatório dos docentes; realização de concurso para docentes e técnicos administrativos; realizar processos seletivos.	Rafael Wagner dos Santos Costa Emmanuel Raimundo Costa Santos Daize Fernanda Wagner Marcos Paulo Torres Pereira	Pró-Reitor	01/01/2014 – 14/04/2014 15/04/2014 – 23/09/2014 24/09/2014 – 02/11/2014 03/11/2014 – 30/12/2014
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Apoiar e incentivar as atividades de pesquisa e pós-graduação; elaborar planos de qualificação, capacitação e aperfeiçoamento docente; acompanhar as atividades pertinentes aos cursos pós-graduação.	Alaan Ubaiara Brito Helena Cristina Guimarães Q. Simões	Pró-Reitor	01/01/2014 – 23/09/2014 24/09/2014 – 30/12/2014
Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias	Coordenar e implementar a política de extensão e ações comunitárias da Universidade; executar e acompanhar as atividades relacionadas a extensão e as ações comunitárias; implementar e acompanhar a política de auxílios concedidos aos discentes e docentes; gerenciar o usos dos espaços do Restaurante universitário, Centro de Convivência e lazer e Anfiteatro da UNIFAP.	Steve Wanderson C. de Araújo Álvaro Adolfo Duarte Alberto Rafael Pontes Lima	Pró-Reitor	06/12.2012 – 08.05.2014 09.05.2014 – 23.09.2014 24.09.2014 –30.12.2014
Pró-Reitoria de Relações Interinstitucionais	Viabilizar a cooperação técnico-científica nacional e internacional; interagir entre a Universidade e as instituições de ensino, pesquisa e extensão; divulgar e informa para a comunidade acadêmica a realização de cursos, simpósios, congressos, seminários e outros eventos nacionais e internacionais; estimula a troca de experiências entre professores e alunos da UNIFAP com outros pares das universidades nacionais e internacionais; promove a integração internacional das ofertas de graduação, de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> , em todas as áreas do conhecimento; apoia todos os professores/alunos provenientes de outros países que estejam estudando/trabalhando na UNIFAP; estabelece o diálogo com instituições de natureza acadêmica	Gutemberg de Vilhena Silva Raimundo Gomes Barbosa Dorival da Costa dos Santos Paulo Gustavo Pellegrino Correa	Pró-Reitor	10/04/2013 – 14/04/2014 14/04/2014 – 23/04/2014 23/04/2014 – 23/09/2014 23/09/2014 – 30/12/2014

Fonte:Pró-Reitorias

Quadro 3 – Macroprocessos Finalísticos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG)

Macroprocessos PROPESPG				
Define a política de pesquisa e pós-graduação da UNIFAP; estimula atividades de pesquisa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento regional; busca convênios de captação de recursos com entidades nacionais e estrangeiras de fomento à pesquisa; propõe planos de qualificação, capacitação e aperfeiçoamento docente e de atividades de investigação científica, com respectivo orçamento de custos; possibilita condições para a implantação cursos de pós-graduação.				
Processos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Docentes para qualificação	O docente formaliza pedido de autorização de afastamento ao Colegiado de Curso que se encontra vinculado; Colegiado de Curso decide acerca do afastamento; Coordenadoria de Ensino e Graduação (COEG) se manifesta sobre as atividades inerentes a docência; a Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD) aprecia e se manifesta; a PROGEP emite portaria de afastamento do docente; o Reitor homologa a portaria e oficializa o afastamento; o Departamento de Pós-Graduação (DPG) acompanha o processo de qualificação.	Afastamento de Docentes para Qualificação	Docentes da UNIFAP	DPG
Criação de Programas de Pós-Graduação	O colegiado do curso proponente apresenta proposta do curso com a produção intelectual dos grupos de pesquisa e das linhas de pesquisa que darão suporte ao programa; o DPG emite parecer e encaminha à PROPESPG; apreciação da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, Conselho Superior da UNIFAP e posteriormente para avaliação e recomendação da CAPES.	Cursos <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i>	Sociedade	DPG
Gestão de recursos PROAP CAPES	PROPESPG encaminha à CAPES o Termo de Cooperação e o Plano de Trabalho Simplificado; Universidade informa o valor destinado a cada programa; os Programas de Pós-Graduação encaminham as demandas através de memorando; As demandas são encaminhados à PROAD para realização das despesas; prestação de contas do Termo de Execução Descentralizado no SIMEC.	Pagamentos de Diárias e Passagens, ajuda de custo, manutenção de equipamentos e aquisição de material de consumo.	Servidores da Instituição, colaboradores Eventuais e Discentes.	DPG
Ações de fomento à pesquisa	Edital destinado aos programas de iniciação científica; concessão de espaço, equipamentos e material de consumo para os grupos de pesquisa.	Grupos de Pesquisa; Projetos de pesquisa; Bolsas de IC.	Docentes e discentes	DPq

Fonte: Pró-Reitorias

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Quadro 4 – Macroprocessos Finalístico da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)

Macroprocessos PROGRAD				
Define a política de ensino de graduação da Universidade; coordena os processos para a melhoria da qualidade do ensino; acompanha e avalia permanentemente o ensino de graduação na UNIFAP.				
Processos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Concurso Público para Professor Efetivo, Temporário e Substituto	Abre processo; Elabora Edital; publica no site da Universidade e no Diário Oficial da União (DOU); procedimentos para as inscrições; publica relação dos isentos; divulga os locais e horários das prova; realiza as provas escrita, didática e de título; publica o resultado; recebimento dos recursos; responde e entrega os recursos; publica o resultado final e homologa o resultado; encaminha o resultado para contratação dos servidores	Vagas/Candidatos	Candidatos habilitados	DEPSEC
Processo Seletivo Especial - Vestibulinho	Abre processo; Elabora Edital; publica no site da universidade e DOU; procedimentos para as inscrições; publica relação dos isentos; divulga o local e horários da prova; publica o resultado; recebimento dos recursos; responde e entrega os recursos; publica o resultado final e homologa o resultado; encaminha o resultado final para matrícula.	Vagas/Candidatos		DEPSEC
Monitoria	Elaboração e abertura de edital; Seleção de alunos; Publicação do resultado; Cadastramento e Termo de Compromisso dos aprovados; acompanhamento de frequência e solicitação de pagamento dos bolsistas.	Monitores	Alunos dos Cursos de Graduação	COEG
Matrícula de alunos de Processos Seletivos, alunos especiais e aluno por transferência ex-ofício.	Cadastrar o candidato aprovado no processo seletivo no sistema acadêmico da instituição; cadastrar aluno que solicita cursar disciplinas em cursos que possuem vagas; cadastrar no sistema acadêmico aluno servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício.	Aluno cadastrado no sistema. Apto para ter acesso ao restaurante, biblioteca, matrícula semestral em disciplinas e outros.	Candidato aprovado em processo seletivo; aluno que esteja cursando curso de nível superior em outra instituição de ensino; Servidor público civil ou militar estudante.	DERCA

Fonte: Pró-Reitorias

Quadro 5 – Macroprocessos Finalístico da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC)

Macroprocessos PROEAC				
Define e coordena a política de extensão e ações comunitárias da Universidade; faz executar e acompanhar as atividades relacionadas com a extensão e as ações comunitárias; regulamenta a utilização do anfiteatro da UNIFAP.				
Processos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Bolsa Trabalho; Auxílio Alimentação; Transporte; Fotocópia; Moradia; Permanência; Saúde; Odontológico	Elaboração de Edital; Recebimento de inscrições na PROEAC; Avaliação documental pela equipe de Psicólogos e Assistentes Sociais da Divisão de Serviço Psicossocial (DSP); Publicação dos acadêmicos deferidos e indeferidos aos auxílios; Abertura para entrada de recursos; Resultados dos recursos; Chamada para entrevista psicossocial (Bolsa Trabalho, moradia, Permanência, Saúde e Odontológico), demais auxílios apenas análise documental; Publicação dos deferidos e indeferidos após entrevistas; Abertura de período para impetrar recursos quanto ao resultado; Resultado dos recursos; Convocação para assinatura de termo de compromisso; Inclusão no cadastro de beneficiários e pagamento de Bolsas/auxílios; Realizar acompanhamento psicossocial e acadêmico semestralmente.	Concessão de bolsas/auxílios para os alunos selecionados	Alunos	DACE e DSP
Extensão Universitária	Elaborar seu Plano de Trabalho de Extensão Universitária Anual através da sistematização dos planos de extensão encaminhados pelos Colegiados dos Cursos e pelos Departamentos Acadêmicos, realizar a gestão interna e externa na busca dos meios para viabilizar as propostas aprovadas e proceder a avaliação pedagógica de projetos de extensão dos colegiados de cursos.	Plano de extensão universitária; Planos das atividades de extensão; Projetos de extensão; Relatórios parciais; Relatórios finais	Coordenações de cursos ; Colegiados de Cursos; Departamentos acadêmicos; Unidades administrativas que desenvolvam projetos de extensão.	DEX
Concessão de ajuda de custo à estudantes para participar em eventos de extensão	Recebimento do processo com a documentação necessária devidamente justificada, para concessão de ajuda de custo relacionadas a transporte, hospedagem, alimentação e outras despesas correlatas a projeto ou programa de extensão registrado; Análise técnica de admissibilidade; Aprovação ou não da concessão -Elaboração de Parecer; Recebimento de cópia do Termo de compromisso de apresentação do trabalho de extensão na comunidade acadêmica	Auxílio financeiro	Estudantes dos cursos de graduação regularmente matriculados.	DEX

Fonte: Pró-Reitorias

Quadro 6 – Macroprocessos Finalístico da Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROCRI)

Macroprocessos PROCRI				
Assessora e coordena as ações da Reitoria e demais Unidades/Departamentos Acadêmicos, na construção e viabilização da cooperação técnico-científica nacional e internacional; identifica e representa a ponte de interação entre a Universidade e as instituições de ensino, pesquisa e extensão; identifica as agências de financiamento para elaboração de convênios técnico-científicos; divulga e informa para a comunidade acadêmica a realização de cursos, simpósios, congressos, seminários e outros eventos nacionais e internacionais; estimula a troca de experiências entre professores e alunos da UNIFAP com outros pares das universidades nacionais e internacionais; promove a integração internacional das ofertas de graduação, de pós-graduação " <i>lato sensu</i> " e " <i>stricto sensu</i> ", em todas as áreas do conhecimento; edita, semestralmente, o Boletim da PROCRI informando à comunidade universitária sobre os cursos, seminários, ofertas de bolsas de estudo, simpósios e congressos nacionais e internacionais; apoia todos os professores/alunos provenientes de outros países que estejam estudando/trabalhando na UNIFAP; estabelece o diálogo com instituições de natureza acadêmica – como universidades e institutos de pesquisa – com órgãos governamentais – como embaixadas, consulados e agências internacionais.				
Processos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Programa Ciência sem Fronteira (CsF)	Elaboração e abertura de edital; Seleção de alunos; Publicação do resultado; e Homologação do resultado no site CsF.	Alunos selecionados e habilitados	Alunos das áreas prioritárias do CsF,	Área de Intercambio
Programa Top España Santander e Ibero-americanas Sandander	Elaboração e abertura de edital; Seleção de alunos; Publicação do resultado e Encaminhamento da relação dos contemplados.	Alunos selecionados e habilitados	Alunos de graduação de todas as áreas	Área de Intercambio
Programa de Mobilidade ANDIFES	Elaboração e abertura de edital; Seleção de alunos; Publicação do resultado; e Encaminhamento dos documentos a IFES.	Alunos selecionados e habilitados	Alunos de graduação de todas as áreas	Área de Intercambio
Programa de Mobilidade Nacional	Recebimento da demanda/documentos; Consulta de vagas nas disciplinas; Emissão de carta de aceite.	Recepcionar alunos de outras IFES	Alunos de graduação de outras IFES	Área de mobilidade e Intercâmbio
Acordos Bilaterais Internacionais para alunos da UNIFAP	Elaboração e abertura de edital; Seleção de alunos; Publicação do resultado e encaminhamento para a Universidade contemplada.	Alunos selecionados e habilitados	Alunos de graduação de todas as áreas	Área de Intercambio
Acordos Bilaterais Internacionais para alunos estrangeiros	Recebe e analisa a documentação dos estudantes; Coordenação de cursos emite parecer;	Recepciona os alunos nos cursos selecionados	Alunos estrangeiros de graduação	Área de Acordos e Convênios
Acordos Internacionais sem e com aplicação de recursos	Recebimento da demanda/análise documental; encaminhamento para parecer jurídico e outros.	Acordo ou Convênio assinado	IES, Instituições de pesquisa e fomento	Área de Acordos e Convênios
Admissão de alunos estrangeiros do Programa de Alianças para Educação e Capacitação	Recebimento da lista de alunos junto com os documentos; Encaminhamento para o curso de Pós-graduação.	Recepciona os alunos nos cursos selecionados	Alunos estrangeiros de pós-graduação	Área de Intercambio

Fonte: Pró-Reitorias

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

Em consonância com o Estatuto e o Regimento Geral, a Administração da UNIFAP é responsabilidade dos órgãos deliberativos, executivos complementares e de apoio Conselhos Superiores, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos. A estrutura de governança da UNIFAP é composta pelos seguintes órgãos:

Conselho Superior (CONSU)

Colegiado integrante da Administração, órgão deliberativo e normativo em matéria de administração universitária e instância de recursos, com vistas a formular a política da Universidade e traçar diretrizes e normas em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar.

Conselho Diretor (CONDIR)

Órgão de deliberação superior em matéria de controle e fiscalização econômico-financeira, bem como estabelecer normas, aprovar, acompanhar e fiscalizar as ações pertinentes à execução do regime financeiro, orçamentário e contábil da Universidade.

Auditoria Interna (AUDINT)

Atua de forma preventiva, acompanhando a execução dos programas e do orçamento e ainda acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do sistema de controle interno do poder executivo federal e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Órgão de atuação autônoma em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados existentes na Instituição. A ela compete dentre outras atribuições, elaborar e executar o processo de avaliação interna da Universidade Federal do Amapá; constituir subcomissões ou grupos de trabalho para desenvolvimento do processo de avaliação; planejar e organizar as atividades da Comissão, sensibilizando a Comunidade Acadêmica e fornecendo assessoramento aos diversos setores da UNIFAP; elaborar relatórios e pareceres, e sugerir providências às instâncias competentes para tomada de decisões.

Ouvidoria

Instituída para garantir o direito de manifestação do cidadão-usuário acerca dos serviços ofertados pela UNIFAP, através de atendimento de forma presencial e virtual (*on-line*) à comunidade.

Procuradoria Jurídica (PROJUR)

Presta assessoramento à reitoria em assuntos de natureza jurídica; mantém atualizados os arquivos de legislação de interesse da UNIFAP, em especial jurisprudência, decisões, acórdãos e pareceres jurídicos; redige peças e solicita documentação destinada a instruir processos judiciais; emite pareceres que envolvam matéria de natureza jurídica, por solicitação do Reitor; representa a UNIFAP em juízo, mediante autorização do Reitor.

2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria tem a função de acompanhar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual da UNIFAP, a execução dos programas e do orçamento, com o objetivo de comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e adequação do gerenciamento; e ainda, emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da UNIFAP.

Assim sendo, é uma atividade que tem como objetivo adicionar valor à gestão, propiciando melhorias nas operações e assessoramento à alta administração do órgão ou entidade; para isso, vale-se de um conjunto de procedimentos tecnicamente normatizados que possibilitem o acompanhamento e a análise de processos passíveis de auditoria, a avaliação de resultados e a proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais.

Nesse sentido, as auditorias realizadas, nesta IFES, têm como propósito comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar os resultados alcançados quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira,

patrimonial, operacional, contábil e finalística. Ademais, têm caráter orientativo, preventivo e corretivo, com foco na melhoria dos processos administrativos como forma de fortalecer a gestão e subsidiar o cumprimento da missão institucional.

No exercício de 2014 foi elaborado o Plano de Auditoria Interna (PAINT/2014), que elencava 16 ações de natureza operacional, porém apenas uma foi executada. Trata-se da auditoria realizada na PROGEP que abrangeu rotinas pertinentes à folha de pagamento, constantes no Relatório 01/2014.

Na auditoria realizada na PROGEP houve constatações identificadas que geraram 27 recomendações (Relatório 01/2014). A PROGEP se posicionou apenas em relação à recomendação 01, informando que “os processos de incentivo a qualificação estão respeitando a ordem de emissão de portaria, homologação e lançamento em folha. Medidas adotadas a partir do mês de outubro de 2014”. Sobre as demais (26), a unidade solicitou prazo de 60 dias (Memo. N° 015/2015 – PROGEP/UNIFAP), a contar de 13. 01. 2015, para implementá-las.

No que tange a estrutura organizacional da unidade de auditoria, até setembro de 2014 havia apenas um servidor, sendo esse, também, o auditor-chefe.

A partir do mês de setembro, foram lotados, nessa unidade, mais dois servidores, um recém-empossado e outro que retornou de afastamento para qualificação (Mestrado). Em novembro, houve substituição do auditor-chefe e a AUDINT passou a ter a seguinte composição: 03 (três) servidores, o Auditor Chefe com formação Contábil e dois servidores, um com formação Contábil e outro Administrador.

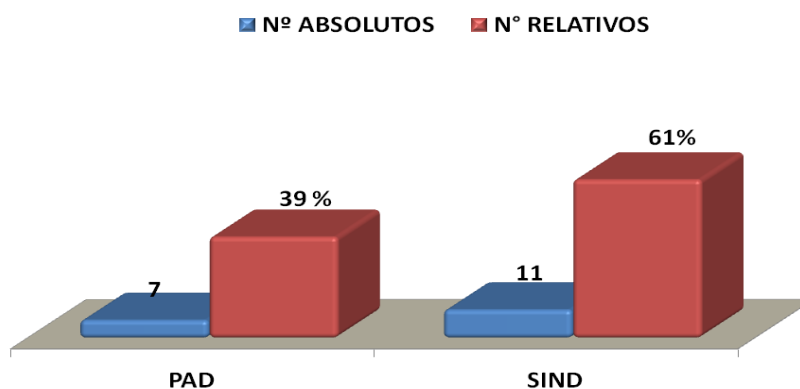
No que tange a opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional desta IFES, afirma que “[...] em alguns setores, detectou-se que os controles internos administrativos são frágeis ou inexistentes”, conforme Memorando n° 010/2015-AUDINT, de 29 de janeiro de 2015.

2.3 Sistema de Correição

A UNIFAP dispõe de uma Coordenação das Comissões de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e de Sindicância, vinculada ao Gabinete da Reitoria, instituída pela Portaria n° 136/2012, que nomeou o Coordenador da Comissão para acompanhar, assessorar e orientar o desenvolvimento de todas as comissões de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da UNIFAP.

Em 2014 foram instaurados 18 processos, sendo 11 Processos de Sindicâncias e 07 Processos Administrativos Disciplinares. Destes, apenas 03 não foram cadastrados no sistema CGU/PAD.

Gráfico 1 - Tipos de processo



Fonte: Ouvidoria

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Para avaliar os elementos do sistema de controle interno previsto no Quadro A.2.4, adotou-se a seguinte metodologia: foram distribuídos entre as 07 (sete) Pró-Reitorias para que cada gestor fizesse a sua avaliação sobre o funcionamento dos controles internos administrativos na Universidade. Para apresentação dos resultados foram calculadas as médias aritméticas por gestor, de cada um dos cinco componentes avaliados (Ambiente de controle; Avaliação de risco; Procedimentos de controle; Informação e comunicação; e monitoramento), e, ao final foi calculada a média aritmética de todos os gestores.

A média geral ficou em 2,7 em todos os aspectos, em uma escala que vai de 1 a 5, isto significa dizer que a UNIFAP atende de forma “Neutra” os requisitos de controle internos avaliados, segundo os critérios do TCU. Vale destacar que nos aspectos Avaliação de Risco, Procedimentos de Controle e Monitoramento os gestores atribuíram valores inferiores a 3, o que significa que estes aspectos estão sendo aplicados, em sua maioria, parcialmente; e dentre as afirmativas, apenas 03 (três) receberam nota 4, o que caracteriza um parcialmente observado, conforme Quadro 7. Assim sendo, conclui-se que os controles internos administrativos ainda são frágeis.

Quadro 7 – Médias das Avaliações dos Elementos do Sistema de Controle Interno

Elementos do sistema de controle interno	Mínimo	Máximo	Média
Ambiente de Controle	1,8	4,6	3,0
Avaliação de Risco	1,2	4,7	2,6
Procedimentos de Controle	1,3	4,3	2,5
Informação e Comunicação	1,8	4,6	3,1
Monitoramento	1,0	4,7	2,4
Média Geral	1,4	4,6	2,7

Fonte: Pró-Reitorias

Quadro 8 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UNIFAP

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses		X			

riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Pró-Reitorias

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de acesso do cidadão

A interação da UNIFAP com a comunidade universitária e os cidadãos em geral é realizada por meio de vários instrumentos de acesso aos serviços prestados pela Instituição, especialmente, pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), Ouvidoria, Rádio/TV Universitária e da divulgação por meio da Assessoria Especial da Reitoria (AER).

O SIC implantado por meio da Lei Federal nº 12.527/2011, funciona na Universidade Federal do Amapá, desde 08/07/2013, com o objetivo de atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; conceder o acesso imediato à informação disponível; informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades e protocolizar documentos e requerimentos

de acesso a informações. Está localizado no prédio da Reitoria atendendo o público em geral na forma presencial, por *e-mail* e pelo sistema eletrônico do Governo Federal (e-SIC), acessado pelo link <http://www2.unifap.br/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic/>. Em 2014, esse serviço registrou 47 ocorrências.

A Ouvidoria foi instituída na UNIFAP, através da Resolução nº 010/2010-CONSU/UNIFAP, de 25 de junho de 2010, com vistas a prestar atendimento de forma presencial e virtual (*on-line*) à comunidade, através de e-mail, atendimento pessoal, telefone e formulário eletrônico disponível no site da UNIFAP, para garantir o direito de manifestação do cidadão-usuário acerca dos serviços ofertados pela Instituição. A atividade dessa Unidade Administrativa é desenvolvida por somente um servidor, designado para Ouvidor da UNIFAP (Portaria nº 458 de 03 de abril de 2014).

Em 2014, foram realizadas palestras sobre o trabalho da Ouvidoria junto aos servidores empossados e nos cursos do Programa de Capacitação promovido pela PROGEP no *Campus* Marco Zero e no *Campus* Binacional.

No exercício 2014 foram registrados 46 (quarenta e seis) atendimentos, sendo (31) solicitações de informação, por telefone ou por e-mail, seguidos de (10) reclamações, (04) denúncias e (01) sugestão, conforme ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Atendimentos na Ouvidoria da UNIFAP em 2014



Fonte: Ouvidoria

Ressaltamos que não foi realizada pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços da Universidade, conseqüentemente, não há indicadores ou estatísticas utilizadas no processo de avaliação das atividades da Instituição.

Outro meio de comunicação disponível é a Rádio Universitária que foi inaugurada em 2010 tornando-se um canal interativo com a comunidade de um modo geral. Os serviços possuem fins exclusivamente educativos, divulgando eventos acadêmicos, científicos desta Instituição e culturais Estado do Amapá.

E, por fim, a AER que desenvolve papel importante na comunicação interna e externa, por meio do *site* oficial -www.unifap.br- que traz informações relativas a cursos, projetos, concursos públicos, serviços oferecidos, eventos e notícias, contribuindo deste modo para a divulgação de informações para comunidade acadêmica e sociedade em geral.

Diante do exposto, verifica-se que a UNIFAP vem desenvolvendo a comunicação com a sociedade amapaense de maneira clara e eficiente, fortalecendo laços de confiança e cidadania, de modo a assegurar a visibilidade e a transparência das ações desenvolvidas pela Instituição.

3.2 Carta de Serviço ao Cidadão

Apesar do Decreto nº 6932/2009 ter instituído a Carta de Serviços ao Cidadão no âmbito da administração pública, a Universidade ainda não instrumentalizou essa ferramenta na forma solicitada, uma vez que os serviços são disponibilizados para a sociedade por meio de ações fragmentadas, como por exemplo, Ouvidoria, SIC, editais, rádio Universitária, e ainda a página institucional que disponibiliza as mais diversas informações sobre ensino, pesquisa e extensão.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Em 2014, a Universidade não realizou nenhuma pesquisa de opinião para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos oferecidos ou disponibilizados a sociedade amapaense.

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

A Universidade através do site www.unifap.br disponibiliza a sociedade em geral as informações referentes a gestão, pesquisa, ensino e extensão, através dos documentos: estatuto, regimento, organograma, resoluções, editais, calendário acadêmico, avisos e comunicados em geral.

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

A Universidade ainda não sistematizou a avaliação de desempenho nos termos do art. 12 do Decreto nº 6932/2009, que objetiva medir a satisfação dos usuários dos serviços prestados pela Instituição, embora cumpra o estabelecido na Lei nº 10.861/2004, sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que avalia o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

No exercício de 2014 o processo de Autoavaliação realizado pela CPA apontou os seguintes resultados:

Potencialidades:

- Ampliação das ofertas de vagas na graduação e pós graduação, com criação de novos cursos
- Ampliação do número de docentes e técnicos administrativos
- As ações de assistências estudantil visando a diminuição de retenção e evasão
- Os acordos de cooperação visando à pesquisa, mobilidade acadêmica e desenvolvimento de práticas de ensino;
- Implantação e implementação de monitoria, tutoria;
- O auxílio financeiro para atividades acadêmicas.

Fragilidades:

- Necessidade de política permanente de acompanhamento da evasão e retenção;
- Inexistência Plano de formação continuada para docentes estáveis;
- Levantamento do perfil social, econômico dos discentes contemplados com assistência estudantil
- Ausência de Política de acompanhamento do egresso
- Atraso em obras de infraestrutura
- Necessidade de implementação de laboratórios de cursos.
- Necessidade de atualização dos Projeto Pedagógico de Curso (PPC);

- Implementação de formação dos técnicos administrativos em nível de graduação e pós graduação *stricto sensu*;
- Necessidade continuidade do Redimensionamento
- Documentos basilares com mais de uma década de construção.

3.6 Medidas relativas à acessibilidade

Em 25 de junho de 2010, através da Resolução nº 09/2010 a Universidade instituiu o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), destinado a atuar na implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência a partir de uma política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão, com vistas atender ao Decreto nº 5.296/2004 e à Lei nº 10.098/2000.

Com o intuito de cumprir os dispositivos legais, o NAI implementou algumas ações para a inclusão de estudantes com deficiência, tais como:

- a) Produção de material didático em diferentes formatos acessíveis;
- b) Desenvolvimento de projetos de ensino (monitoria, tutoria, voluntariado, entre outros) para apoio acadêmico de estudantes público-alvo da educação especial;
- c) Desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre inclusão e acessibilidade no ensino superior.

Destacamos ainda, que Universidade adota todos meios para assegurar a participação dos portadores de necessidades especiais na realização dos concursos públicos e processos seletivos.

No que tange a política de acessibilidade ao mobiliário urbano, construções, reformas, vias de circulação e dos prédios edificadas, a Universidade tem adotado as seguintes providências:

- ✓ Construção de rampas de acesso a cadeirantes e padronização das portas de acesso em medidas adequadas ao seu uso nos Blocos A, B C, D, E, M, N, J, Prefeitura, Universidade da Maturidade (UMAP).
- ✓ Destinação de área exclusiva a cadeirantes com rampa de acesso as passarelas nos estacionamentos.
- ✓ Substituição de maçanetas circulares por maçanetas com alavancas em todas as portas.
- ✓ Reforma e adaptação dos banheiros para as pessoas portadoras de necessidades especiais (Blocos F, Ciências Ambientais, *Campus Mazagão*, *Campus Oiapoque*, *Campus Santana*, Cantina, Sala de Fotocópia, Anfiteatro).
- ✓ Instalação de piso tátil no entorno do muro frontal da Universidade e passarelas.
- ✓ Todas as construções ora projetadas, bem como todos os prédios em construção atendem aos padrões de acessibilidade da NBR 9050:2004.
- ✓ Construção do NAI, com todas as premissas necessárias Às questões de acessibilidade.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

A UNIFAP está situada no município de Macapá, capital do Estado do Amapá, no extremo norte do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) esse Estado apresentou no censo de 2010, 750.912 habitantes, distribuídos em 16 (dezesesseis) municípios.

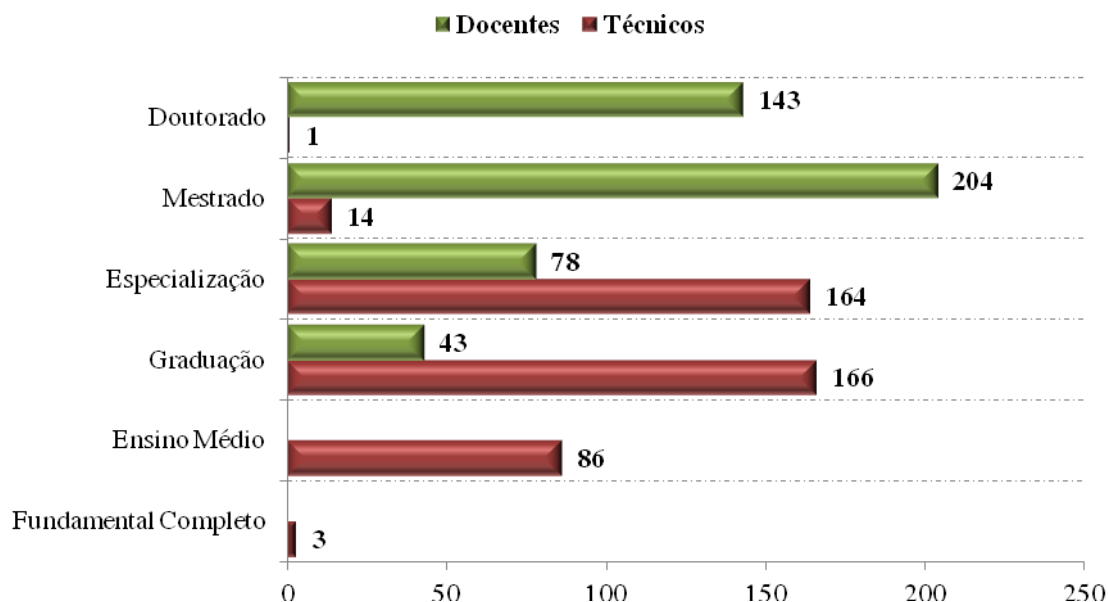
Em Macapá, concentra-se a maioria das IES públicas e privadas. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2013, existem 15 instituições de ensino superior, sendo 03 públicas (a UNIFAP, o Instituto Federal e a Universidade Estadual) e 12 privadas, que ofertaram 119 cursos de graduação presenciais, disponibilizando 10.802 vagas, sendo que 2.195 foram nas IES públicas e 8.607 nas instituições privadas. Nos demais municípios do Estado, apenas as instituições públicas

federais possuem *campi*. A UNIFAP mantém 03 *campi* no interior, sendo o maior deles o *Campus* Binacional, em Oiapoque, o qual oferta 08 cursos de graduação.

No contexto geral a UNIFAP oferta 51 cursos de graduação, sendo 40 presenciais, 3 (três) de Educação à Distância (EAD) e 8 (oito) na modalidade do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR). Nestes cursos, em 2014, estavam matriculados 5.910 alunos, sendo 5.294 na modalidade presencial, 269 na EAD e 347 no PARFOR. Em termos de pós-graduação *stricto sensu*, em 2014 a UNIFAP ofertou 6 (seis) programas, sendo 1 (um) de doutorado e 5 (cinco) de mestrado acadêmico.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2014, a UNIFAP tinha em seus quadros um total de 468 docentes. Destes, 143 doutores, 204 mestres, 78 especialistas e 43 graduados. Em relação aos técnico-administrativos, contava com 434, sendo 01 doutor, 14 mestres, 164 especialistas, 166 graduados, 86 ensino médio, 03 ensino fundamental completo, situação descrita no Gráfico 3.

Gráfico 3 Número de Professores e Técnico por titulação em 2014



Fonte: Censo da Educação Superior

Vale destacar que a UNIFAP tem feito um esforço para atender a demanda da sociedade com os cursos de graduação e pós-graduação, inclusive implementando uma política de interiorização de seus cursos presenciais e da ampliação da oferta de vagas, mas essas ações ainda são insuficientes para diminuir o fosso entre oferta e demanda na educação superior no Estado do Amapá.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADO ALCANÇADOS

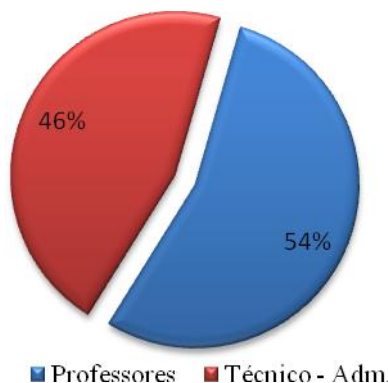
5.1 Planejamento da unidade

O planejamento das ações da UNIFAP para o exercício de 2014 foi norteado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) projetado para o período compreendido entre 2010-2014, onde estão descritos os objetivos institucionais e as metas previstas.

Neste sentido, em 2014 intensificaram-se as atividades administrativas e acadêmicas na perspectiva de executar as políticas de ensino, extensão, pesquisa e de gestão a partir dos programas de governo e ações orçamentárias aprovados no Orçamento Geral da União (OGU) destinado à Universidade.

Vários esforços foram empreendidos para executar e acompanhar ações/atividades pertinentes ao ensino de graduação, dentre as quais destacamos: 18 processos de avaliações institucionais para reconhecimento e renovação de reconhecimento dos mesmos; 30 professores saíram para qualificação (doutorado/mestrado); 13 (treze) novos cursos foram implantados, totalizando a criação de 770 vagas, ocupadas mediante a realização de processos seletivos, sendo 05 (cinco) cursos (Engenharia Civil, Fisioterapia, Ciência da Computação, Administração e Teatro) no *Campus* Marco Zero, 07 cursos (Ciências Biológicas, Direito, Enfermagem, Geografia, História, Letras Português /Francês e Pedagogia) no *Campus* Binacional e 01 (um) curso (Licenciatura em Educação no Campo Ciências Agrárias e Biologia) no *Campus* Mazagão, com isso ampliou-se o número de vagas ofertadas na graduação, totalizando 51 cursos e 5.910 alunos matriculados na graduação; 74 docentes contratados, e ainda, contratação 167 técnico-administrativos, com isso ampliou para 468 o número de docentes e 434 de técnicos, conforme Gráfico nº 4; ampliação de espaços, estruturação de laboratórios, bem como disponibilização de equipamentos com vistas a melhoria das práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Gráfico 4 – Número de Professores e Técnicos em 2014



Fonte: PROGEP

No que tange a Pós-Graduação a Universidade tem implementado ações na perspectiva de potencializar o processo de qualificação de docentes, assim como oferecer a sociedade cursos de nível *lato e stricto sensu*, este último em três modalidades, os que são próprios da Universidade, os em Rede que fazem parte de um conglomerado de Instituições e os Interinstitucionais, que totalizam 12 cursos, sendo 5 (cinco) próprios – Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical (PPGBIO), Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR), Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas (PPGDAP), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS) e Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas (PPGCF) e; 04 (quatro) em Rede (Biodiversidade e Biotecnologia, Matemática, farmácia e Ciências da Matemática) e 04 (quatro) Interinstitucionais (Educação, Enfermagem, Sociologia e Direito). Esses programas matricularam 106 alunos, 21 teses e 47 dissertações defendidas.

Objetivando ampliar o número de cursos e de vagas ofertadas na pós-graduação, novos cursos foram propostos na formatação de DINTER (Urbanismo e Geografia), inclusive já aprovados pela CAPES, com previsão de operacionalização para 2015.

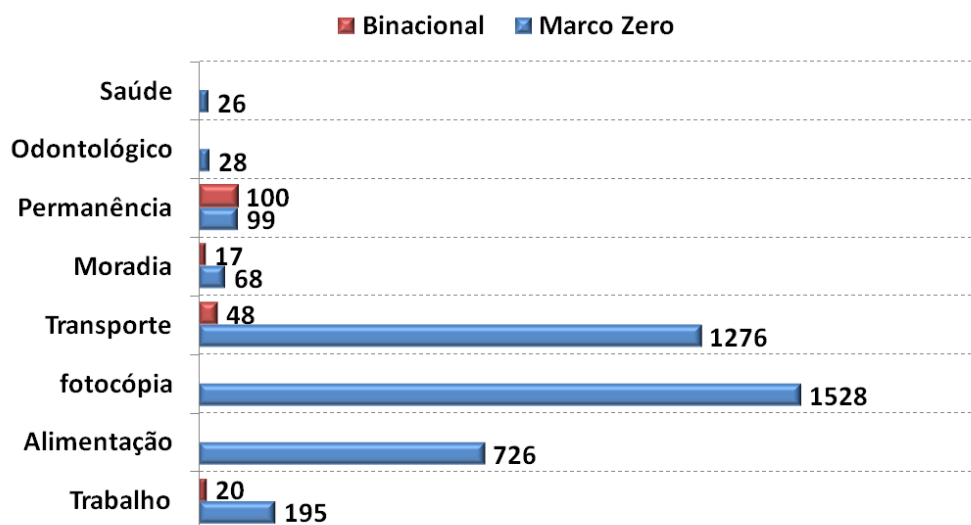
Foram submetidos à apreciação da CAPES os projetos dos Mestrados em Rede em Saúde da Família e em Ciências Florestais, bem como o Mestrado Profissional em Gestão Ambiental e ainda os Mestrados Acadêmicos em Geografia, Educação, Ciências Sociais e em Direito Ambiental.

No que tange a área de pesquisa, ressaltamos o cadastramento de 26 grupos de pesquisa no Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e o registro de 124 projetos de pesquisa.

Com o intuito de fortalecer o programa de iniciação científica 98 acadêmicos foram contemplados com bolsas dos Programas Institucionais de Iniciação Científica PIBIC, PROBIC PIBITI e 21 se habilitaram no Programa Voluntário de Iniciação Científica (PROVIC).

No que se refere às ações da PROEAC, cabe salientar que em 2014 foram registrados 86 projetos de extensão, e ainda foram executadas ações de assistência estudantil, as quais contemplaram os seguintes benefícios: auxílio fotocópia, auxílio alimentação, auxílio transporte e auxílio moradia, permanência, planos de saúde e odontológico, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 – Bolsas de assistência estudantil disponibilizadas por *campus* em 2014

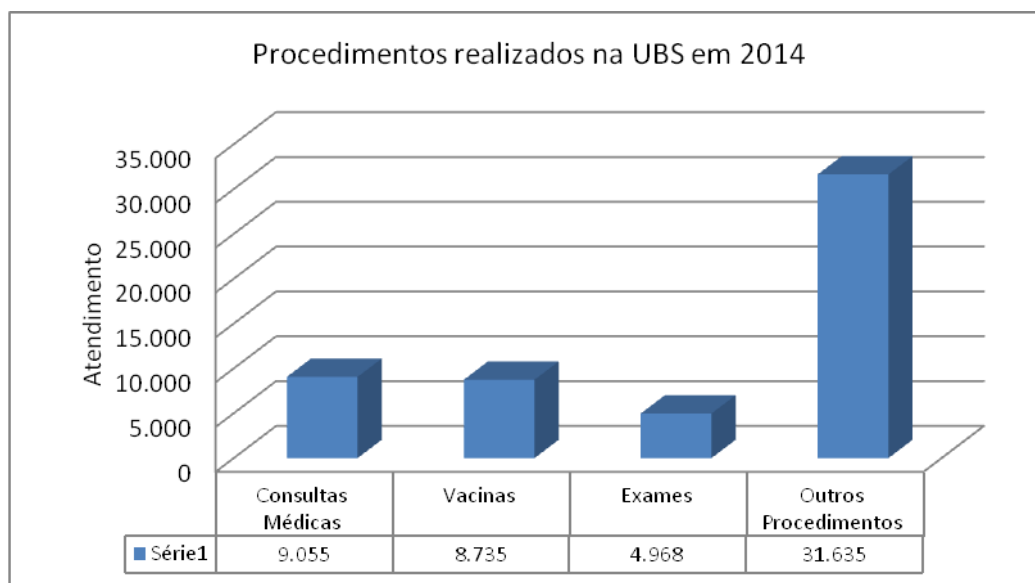


Fonte: PROEAC

Foram registrados 09 programas de extensão, dos quais 07 estavam voltados para alunos da graduação, com vistas a promover e fortalecer as atividades de ensino; enquanto outros 02 estão voltados a atrair a sociedade para o contexto da Universidade, que são Universidade da Maturidade (UMAP) que atende 133 pessoas com idade igual ou superior a 60 anos; Universidade Pré-Vestibular (UPV) que proporciona à comunidade em geral, principalmente às pessoas economicamente carentes a preparação para o acesso a educação superior e ao mesmo tempo garante aos acadêmicos a oportunidade de desenvolver novas habilidades e competências na relação e interação entre alunos e professores, com isso a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, e ainda, o desenvolvimento de pesquisa que possam atender a comunidade em geral e Universidade da Mulher (UNIMULHER) é um projeto de extensão universitária que visa disponibilizar ações educacionais, culturais e sociais em atenção às mulheres com idade igual ou superior a 40 anos.

Vale destacar ainda, as ações desenvolvidas pela Unidade Básica de Saúde (UBS) que em 2014 realizou 54.393 procedimentos, que abrangeram consultas médicas (pediatria, clínica geral e ginecologia), consultas de enfermagem, atendimentos odontológicos, realização de curativos, aplicação de medicamentos injetáveis, vacinação e procedimentos laboratoriais à saúde a comunidade que reside nos bairros Universidade, Zerão e adjacências. Dentre esses serviços, destacamos as consultas médicas, os exames laboratoriais e os serviços de vacinação que correspondem a 41,83% dos serviços executados pela UBS, conforme o gráfico nº 6.

Gráfico 6 – Número de procedimentos executados na UBS em 2014



Fonte: UBS

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1 Ações

5.2.2.1 Ações - OFSS

Quadro 9 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis (UNIFAP)

Identificação da Ação						
Código	0089.0181.0016		Tipo: Operações Especiais			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código: 0089		
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.255.708,00	3.258.155,00	3.144.846,19	3.144.846,19	3.144.846,19	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise situacional

A dotação inicial desta ação totalizou o valor de R\$ 2.255.708,00 (dois milhões duzentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oito reais), sendo suplementada no valor de R\$ 1.002.447,00 (um milhão dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais) finalizando no valor de R\$ 3.258.155,00 (três milhões duzentos e cinquenta e oito mil cento e cinquenta e cinco reais).

Foi empenhado, liquidado e efetivamente pago o valor de R\$ 3.144.846,19 (três milhões cento quarenta e quatro mil oitocentos e quarenta e seis reais e dezenove centavos), que corresponde aproximadamente a 97% (noventa e sete por cento) da dotação final.

A execução da ação 0181 ocorreu de acordo com as demandas desta UJ observada à legislação pertinente. Ressaltando que em sendo do tipo Operações Especiais não resulta em produto, portanto, no orçamento não possui meta física definida.

Quadro 10 – Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica

Identificação da Ação						
Código	2030.20RJ.0016		Tipo: Atividade			
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica					
Iniciativa	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).					
Objetivo	Incentivar e promover a formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-brasileira, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente, inclusive na implementação da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação. Código: 368					
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.097.135,00	3.097.135,00	1.092.370,70	479.720,40	479.720,49	0,00	612.650,30
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	11.000	3.957	3.957
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.355.999,61	863.887,59	431.920,42	Pessoa beneficiada	Unidade	120	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise situacional

Foi destinado para esta ação o montante de R\$ 3.097.135,00 (três milhões noventa e sete mil cento e trinta e cinco reais), sendo R\$ 2.297.136,00 (dois milhões duzentos e noventa e sete mil cento e trinta e seis reais) para despesas de Custeio e, R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para capital.

Foi empenhado o valor de R\$ 1.092.370,70 (um milhão noventa e dois mil trezentos e setenta reais e setenta centavos), com despesas de custeio, que corresponde a 48% (quarenta e oito por cento) da dotação destinada. Não houve execução para o grupo de despesa de capital.

Foi liquidado e pago o valor de R\$ 479.720,40 (quatrocentos e setenta e nove mil setecentos e vinte reais e quarenta centavos), sendo inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 612.650,30 (seiscentos e doze mil seiscentos e cinquenta reais e trinta centavos).

As despesas que refletiram maior volume de gasto foram: Serviços de Apoio ao Ensino, através da contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) para atender a execução dos Projetos Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND) e Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) – R\$ 572.655,07 (quinhentos e setenta e dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e sete centavos); Auxílio Financeiro a Estudantes, atendendo o curso de Licenciatura Indígena – R\$ 241.242,00 (duzentos e quarenta e um mil duzentos e quarenta e dois reais); Passagens aéreas – R\$ 98.104,26 (noventa e oito mil cento e quatro reais e vinte e seis centavos); Estagiários e Monitores dos Projetos – R\$ 52.920,00 (cinquenta e dois mil novecentos e vinte reais); Diárias a Servidor – R\$ 63.570,07 (sessenta e três mil quinhentos e setenta reais e sete centavos); Diárias a Colaborador Eventual – R\$ 45.129,30 (quarenta e cinco mil cento e vinte e nove reais e trinta centavos); Outras despesas de custeio – R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais).

Com relação aos Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, o saldo inscrito, em 01/01/2015, totalizou o valor de R\$ 1.355.999,61 (um milhão trezentos e cinquenta e cinco mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e um centavos), do qual foi liquidado e pago o valor de R\$ 863.887,59 (oitocentos e sessenta e três mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), e cancelado o valor de R\$ 431.920,42 (quatrocentos e trinta e um mil novecentos e vinte reais e quarenta e dois centavos).

A meta física previa atender 11.000 pessoas, sendo atendidas 3.957, através da execução das atividades referentes aos cursos do PROLIND e do PROCAMPO, bem como aos cursos voltados aos Pactos da Alfabetização e Ensino Médio. A execução parcial desta ação diz respeito a demora no preenchimento dos projetos de formação junto ao Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada (SISFOR), a morosidade na aprovação dos projetos e posteriormente, no repasse do recurso financeiro pelo MEC à Universidade, e ainda, as dificuldades encontradas pertinentes à licitação, compra e entrega de materiais de consumo.

Quadro 11- Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Identificação da Ação						
Código	2032.20GK.0016			Tipo: Atividade		
Título	Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 364					
Programa	Educação Superior	Código: 2032		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.213.000,00	2.213.000,00	1.914.875,10	254.570,07	254.570,07	0,00	1.660.305,03

Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Iniciativa apoiada			Unidade	202	140	140
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orcamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.165.292,66	1.091.340,28	390.946,72	Iniciativa apoiada	Unidade	140	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise situacional

A dotação destinada para a Ação 20GK foi de R\$ 2.213.000,00 (dois milhões duzentos e treze mil reais), sendo R\$ 1.550.000,00 (um milhão quinhentos e cinquenta e cinco mil reais) para despesas de custeio e, R\$ 663.000,00 (seiscentos e sessenta e três mil reais) para despesas de capital.

Do montante total de custeio, o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), e R\$ 573.000,00 (quinhentos e setenta e três mil reais) de capital, foram provenientes de emenda parlamentar, com a finalidade de dar continuidade aos projetos de extensão UMAP, UNIMULHER, Paraolimpíadas e Libras.

As despesas com maior reflexo de gasto foram: Elaboração de Projetos de Engenharia e Arquitetura – R\$ 573.000,00 (quinhentos e setenta e três mil reais); Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 652.260,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil duzentos e sessenta reais); Auxílio Financeiro a Estudantes – R\$ 152.108,06 (cento e cinquenta e dois mil cento e oito reais e seis centavos); Monitoria – R\$ 190.150,00 (cento e noventa mil cento e cinquenta reais), tendo sua execução com 100% (cem por cento) da dotação empenhada.

Foi liquidado e pago o valor de R\$ 50.403,48 (cinquenta mil quatrocentos e três reais e quarenta e oito reais), sendo inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 1.522.596,52 (um milhão quinhentos e vinte e dois mil quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos), que corresponde a 98% (noventa e oito por cento) do total empenhado.

Para atender os demais projetos de pesquisa e extensão universitária, foi destinado o valor de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais), sendo R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) para despesas de custeio e, R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para despesas de capital. Desse montante foi empenhado o valor de R\$ 341.875,10 (trezentos e quarenta e um mil oitocentos e setenta e cinco reais e dez centavos), que correspondem a 53% (cinquenta e três por cento) do total destinado.

Durante a sua execução foi liquidado e pago o valor de R\$ 204.166,59 (duzentos e quatro mil cento e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), sendo inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 137.708,51 (cento e trinta e sete mil setecentos e oito reais e cinquenta e um centavos).

As despesas com maior reflexo de gastos foram: Monitoria – R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais); Auxílio Financeiro à Estudantes – R\$ 70.000,00 (setenta mil reais); Material de Consumo – R\$ 10.477,10 (dez mil quatrocentos e setenta e sete reais e dez centavos).

A execução do crédito de capital foi extremamente comprometida, pois do total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), foi empenhado somente o valor de R\$ 1.398,00 (mil trezentos e noventa e oito reais), ou seja, menos de 2% (dois por cento) do crédito.

Esta ação previa 202 iniciativas apoiadas, no entanto, foram realizadas 140 ações voltadas a extensão, entre eventos e projetos de extensão, registrados no Departamento de Extensão (DEX) da PROEAC. Com destaque para os programas UNIMULHER, UMAP e UPV, oportunizando a prática e o convívio em sala de aula dos acadêmicos dos cursos de licenciatura, e ainda, ampliar as condições de acesso à educação superior para pessoas economicamente carentes, principalmente a população que participa do pré-vestibular; no que tange ao programa UMAP que visa oportunizar a participação do idoso em atividades que propiciem crescimento intelectual e de

resgate cultural; já o programa UNIMULHER possibilita às mulheres a participação ativa em ações culturais.

Quadro 12 - Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais

Identificação da Ação						
Código	2032.20RX.0016		Tipo: Atividade			
Título	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais					
Iniciativa	Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.					
Objetivo	Promover mecanismos de financiamento das Instituições Hospitalares, considerando os Planos de Reestruturação apresentados, possibilitando, inclusive, a melhoria dos processos de gestão; a adequação da estrutura física; a recuperação e modernização do parque tecnológico; a reestruturação do quadro de recursos humanos; o aprimoramento das atividades hospitalares vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde, com base na avaliação permanente e incorporação de novas tecnologias em saúde. Código: 302					
Programa	Educação Superior		Código: 2032	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.300.000,00	6.300.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Unidade reestruturada			Unidade	01	01	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Situacional

A dotação destinada para esta ação foi de R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos reais), sendo empenhado apenas do valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para contratação de empresa para elaboração do projeto arquitetônico do Hospital Universitário, tendo em vista a não liberação de cota de limite para empenho pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO/MEC). Destacamos ainda, que o projeto em questão deve seguir as exigências imposta pelo Ministério da Saúde o que contribui para a licitação ser realizada somente no segundo semestre, com isso a ação física não foi concluída.

Quadro 13 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Código	2032.20RK.0016		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
Objetivo	Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, bem como a manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente. Código: 364					
Programa	Educação Superior Código: 2032		Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.156.646,00	15.561.159,00	13.465.191,23	9.780.251,23	9.780.251,23	0,00	3.684.940,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estudante matriculado			Unidade	5.783	5.783	5.910
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
10.138.530,91	7.094.145,53	1.026.804,50	Estudante matriculado	Unidade	2.955	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Situacional

A dotação inicial destinada para esta ação foi de R\$ 15.156.646,00 (quinze milhões cento e cinquenta e seis mil seiscentos e quarenta e seis reais), sendo suplementada no decorrer do exercício e totalizando no valor de R\$ 15.561.159,00 (quinze milhões quinhentos e sessenta e um mil cento e cinquenta e nove reais). Desse montante, R\$ 12.711.159,00 (doze milhões setecentos e onze mil cento e cinquenta e nove reais) foram para atender as demandas de custeio, e, R\$ 2.850.000,00 (dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais) para demandas de capital.

Na sua execução foi empenhado o valor de R\$ 13.465.191,23 (treze milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil cento e noventa e um reais e vinte e três centavos), que correspondem a 87% (oitenta e sete por cento) da dotação final.

Foi liquidado e pago o valor de R\$ 9.780.251,23 (nove milhões setecentos e oitenta mil duzentos e cinquenta e um reais e vinte e três centavos), sendo inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 3.684.940,00 (três milhões seiscentos e oitenta e quatro mil novecentos e quarenta reais).

Ressaltamos que os créditos orçamentários provenientes desta ação têm a finalidade de manter o funcionamento das IFES, onde, portanto é empenhada grande parte das despesas de custeio desta UJ, dentre as quais destacamos: Serviços de Vigilância – R\$ 3.925.148,52 (três milhões novecentos e vinte e cinco mil cento e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos); Serviços de Limpeza e Conservação Predial – R\$ 784.284,52 (setecentos e oitenta e quatro mil duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos); Passagem Aérea – R\$ 867.697,03 (oitocentos e sessenta e sete mil seiscentos e noventa e sete reais e três centavos); Energia Elétrica – R\$ 722.250,00 (setecentos e vinte e dois mil duzentos e cinquenta reais); Combustível – R\$

92.000,00 (noventa e dois mil reais); Auxílio Financeiro a Estudantes – R\$ 926.923,12 (novecentos e vinte e seis mil novecentos e vinte e três reais e doze centavos); Diárias Pessoal Civil – R\$ 622.949,22 (seiscentos e vinte e dois mil novecentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos); Material de consumo – R\$ 666.072,35 (seiscentos e sessenta e seis mil setenta e dois reais e trinta e cinco centavos); Obrigações Tributárias – R\$ 719.460,59 (setecentos e dezenove mil quatrocentos e sessenta reais e cinquenta e nove centavos); Serviços de Seleção e Treinamento – R\$ 473.466,15 (quatrocentos e setenta e três mil quatrocentos e sessenta e seis reais e quinze centavos); Manutenção e Conservação de Bens Imóveis – R\$ 289.344,65 (duzentos e oitenta e nove mil trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos); Manutenção e Conservação de Veículos – R\$ 195.335,65 (cento e noventa e cinco mil trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos); Serviços de Água e Esgoto – R\$ 73.616,40 (setenta e três mil seiscentos e dezesseis reais e quarenta centavos); Serviços de Telecomunicação – R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais); Serviços de Comunicação em Geral – R\$ 94.884,15 (noventa e quatro mil oitocentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos); dentre outras despesas de custeio que o total empenhado corresponde a 88% (oitenta e oito por cento) da dotação de custeio.

Na execução do crédito orçamentário de capital destacamos as seguintes despesas com maior volume de crédito empenhado: Mobiliário em Geral – R\$ 627.174,32 (seiscentos e vinte e sete mil cento e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos); Equipamentos de Processamento de Dados – R\$ 560.765,25 (quinhentos e sessenta mil setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos); Acervo Bibliográfico – R\$ 342.800,00 (trezentos e quarenta e dois mil e oitocentos reais); Aquisição de Software – R\$ 292.340,44 (duzentos e noventa e dois mil trezentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos); Aparelhos e Equipamentos para Laboratório – R\$ 245.025,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e vinte e cinco reais); Obras em andamento (Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2013) – R\$ 64.000,37 (sessenta e quatro mil e trinta e sete centavos); Máquina e Equipamentos Energéticos – R\$ 123.374,00 (cento e vinte e três mil trezentos e setenta e quatro reais); Outras Despesas – R\$ 39.904,99 (trinta e nove mil novecentos e quatro reais e noventa e nove centavos), que correspondem a 81% (oitenta e um por cento) da dotação total de capital.

Ressaltamos que no final do exercício de 2014 está UJ não conseguiu ter suas cotas de limite de empenho liberadas na totalidade, dificultado com isso a execução dos créditos orçamentários.

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores, o saldo em 01/01/2014 foi de R\$ 10.138.530,91 (dez milhões cento e trinta e oito mil quinhentos e trinta reais e noventa e um centavos), sendo liquidado e pago o valor de R\$ 7.094.145,53 (sete milhões noventa e quatro mil cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), cerca de 70% (setenta por cento) do valor inscrito. Do saldo restante de R\$ 3.044.385,38 (três milhões quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e oito centavos), foi cancelado o valor de R\$ 1.026.804,50 (um milhão vinte e seis mil oitocentos e quatro reais e cinquenta centavos).

A meta física prevista foi de 5.783 alunos, segundo o Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA) a UNIFAP matriculou em 2014, 5.910 alunos, sendo 5.294 na modalidade presencial, 269 na EAD e 347 no PARFOR, portanto, atingindo a meta prevista. Na pós-graduação o quantitativo de matriculados foi de 28 na especialização, 96 no mestrado e 10 no doutorado.

Quadro 14 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Código	2032.4002.0016			Tipo: Atividade		
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Objetivo	Garantir apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento ou auxílio a alimentação, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas da assistência ao estudante e que contribuam para o bom desempenho do aluno no ensino superior. Concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes carentes, inclusive estrangeiros, matriculados em cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior. Promover a permanência do estudante em nível de graduação, evitando a evasão e a retenção nas universidades, por meio de ações que contemplem os estudantes do ensino superior, inclusive estrangeiros, e o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições de ensino superior. Código:					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.792.327,00	4.792.327,00	4.459.202,05	3.118.901,73	3.118.901,73	0,00	1.340.300,32
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Benefício concedido			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				22.500	9.806	9.806
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.878.838,69	1.123.208,07	434.066,83	Benefício concedido	Unidade	3.039	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Situacional

Esta ação orçamentária atende o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Projeto Incluir, e totalizou o valor de R\$ 4.792.202,05 (quatro milhões setecentos e noventa e dois mil duzentos e dois reais e cinco centavos).

O crédito orçamentário destinado a atender o PNAES totalizou o valor de R\$ 4.717.611,00 (quatro milhões setecentos e dezessete mil seiscentos e onze reais), sendo empenhado o valor de R\$ 4.416.658,15 (quatro milhões quatrocentos e dezesseis mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos), que corresponde a 94% (noventa e quatro por cento) da dotação total consignação nesta ação.

Foi liquidado e pago o valor de R\$ 3.105.528,31 (três milhões cento e cinco mil quinhentos e vinte e oito reais e trinta e um centavos). As despesas com maior volume de crédito empenhado foram: Auxílio Financeiro a Estudantes – R\$ 2.887.743,32 (dois milhões oitocentos e oitenta e sete mil setecentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos); Serviços de Fotocópia – R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); Serviços de recarga de vale transporte, em favor do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Amapá (SETAP) – R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais); e Fornecimento de Refeição (Restaurante Universitário) – R\$

700.000,00 (setecentos mil reais), sendo liquidado o pago cerca de 70% (setenta por cento) da dotação total.

Foram inscritos em Restos à Pagar Não Processados o valor de R\$ 1.311.129,84 (um milhão trezentos e onze mil cento e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Portanto, a execução da dotação do PNAES ocorreu dentro do previsto, atendendo de forma satisfatória as demandas com assistência aos acadêmicos.

Para atender o Projeto Incluir foi destinado o valor de R\$ 74.716,00 (setenta e quatro mil setecentos e dezesseis reais), sendo o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para despesas de capital.

Foi empenhado o valor de R\$ 37.228,97 (trinta e sete mil duzentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos) com despesas de custeio: diárias a servidor; passagem aérea; material de consumo e Contribuição Previdenciária, correspondendo a 83% (oitenta e três por cento) da dotação total.

Para despesas de capital foi empenhado o valor de R\$ 5.314,93 (cinco mil trezentos e quatorze reais e noventa e três centavos), referente a aquisição de mobiliários e equipamento de áudio e vídeo, correspondendo a 13% (treze por cento) da dotação total destinada para o Projeto.

Referente ao Projeto Incluir foi liquidado e pago o valor de R\$ 13.373,42 (treze mil trezentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos), sendo inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 29.170,48 (vinte e nove mil cento e setenta reais e quarenta e oito centavos).

Esta ação previa 22.500 benefícios, no entanto foram concedidos 9.806 benefícios nos seguintes programas: 85 auxílio moradia, 726 auxílio alimentação integral, 5.400 auxílio alimentação parcial, 1.324 auxílio transporte, 1.528 auxílio fotocópia, 199 bolsa permanência, 28 auxílio odontológico, 26 auxílio saúde e 490 ajuda de custo.

Quadro 15 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação	
Código	2032.8282.0016 Tipo: Atividade
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior
Objetivo	Garantir apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, no exercício de sua autonomia, que visem o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e às necessidades de manutenção identificadas pelas IFES. Auxílio financeiro repassado pela Administração Direta, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições. Possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação. Auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação e o aumento da oferta de vagas. Código: 364
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26286
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária 2014	
Execução Orçamentária e Financeira	
Dotação	Despesa Restos a Pagar inscritos 2013

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.995.182,00	31.736.643,00	9.967.660,44	4.124.749,32	4.124.749,32	0,00	5.842.911,12
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
	Projeto viabilizado		Unidade	3	3	3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
27.664.766,92	11.601.564,15	1.290.398,10	Projeto viabilizado	1	1	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Situacional

A Dotação Inicial desta Ação foi de R\$ 18.995.182,00 (dezoito milhões novecentos noventa e cinco mil cento e oitenta e dois reais), sendo suplementada no decorrer do exercício finalizando no valor de R\$ 31.736.643,00 (trinta e um milhões setecentos e trinta e seis mil seiscentos e quarenta e três reais), sendo empenhado o valor de R\$ 9.967.660,44 (nove milhões novecentos e sessenta e sete mil seiscentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos), que corresponde somente a 31% (trinta e um por cento) da dotação total.

Nesta ação está contemplado o Programa Mais Médicos, com dotação no valor de R\$ 2.386.511,00 (dois milhões trezentos e oitenta e seis mil quinhentos e onze reais), para atender despesas de capital. Desse montante foi empenhado o valor de R\$ 829.879,16 (oitocentos e vinte nove mil oitocentos e setenta e nove reais e dezesseis centavos) referente a contratação de obras em andamento; e R\$499,97 (quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos) referente aquisição de Material Permanente, que correspondem aproximadamente a 35% (trinta e cinco por cento) da dotação orçamentária para atender despesas de capital.

Também está contemplado nesta ação crédito proveniente de emenda parlamentar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que foi empenhado na sua totalidade, para contratação de empresa de elaboração de projetos de engenharia e arquitetônicos.

Na execução do valor referente à matriz orçamentária desta UJ, cuja dotação orçamentária finalizou no valor de R\$ 28.350.132,00 (vinte e oito milhões trezentos e cinquenta mil cento e trinta e dois reais), sendo R\$ 6.623.969,00 (seis milhões seiscentos e vinte e três mil novecentos e sessenta e nove reais) para o grupo de despesas correntes; e R\$ 21.726.163,00 (vinte e um milhões setecentos e vinte e seis mil cento e sessenta e três reais) para o grupo de despesas de capital.

As despesas de custeio que refletiram maior volume de gastos foram: Serviços de Limpeza e Conservação Predial - R\$ 878.964,01 (oitocentos e setenta e oito mil novecentos e sessenta e quatro reais e um centavo); Manutenção e Conservação de Bens Imóveis – R\$ 705.761,05 (setecentos e cinco mil setecentos e sessenta e um reais e cinco centavos); Material de Consumo - R\$ 372.445,15 (trezentos e setenta e dois mil quatrocentos e quarenta e cinco mil e quinze centavos); Serviço de Seleção e Treinamento – R\$ 233.369,00 (duzentos e trinta e três mil trezentos e sessenta e nove reais); Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos - 145.206,30 (cento e quarenta e cinco mil duzentos e seis reais e trinta centavos); Estagiários e Monitores – R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil quatrocentos reais); Locação de Imóveis – R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais); Premiações Científicas – R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais); demais despesas – R\$ 205.268,35 (duzentos e cinco mil duzentos e sessenta e oito reais e

trinta e cinco centavos), que correspondem aproximadamente a 40% (quarenta por cento) da dotação orçamentária para despesa de custeio.

Quanto às despesas de Capital que refletiram maior volume de gastos foram: Obras e Andamento – R\$ 3.238.213,55 (três milhões duzentos e trinta e oito mil duzentos e treze reais e cinquenta e cinco centavos); Equipamentos de Processamento de Dados – R\$ 938.412,05 (novecentos e trinta e oito mil quatrocentos e doze reais e cinco centavos); Mobiliário em Geral – R\$ 406.482,85 (quatrocentos e seis mil quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos); Instalações – R\$ 327.000,00 (trezentos e vinte e sete mil reais); Estudos e Projetos – R\$ 322.367,03 (trezentos e vinte e dois mil trezentos e sessenta e sete reais e três centavos); Equipamentos para Laboratórios – R\$ 132.096,88 (cento e trinta e dois mil noventa e seis reais e oitenta e oito centavos); demais despesas – R\$ 73.889,25 (setenta e três mil oitocentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), que correspondem aproximadamente a 25% (vinte e cinco por cento) da dotação orçamentária para despesa de capital.

Vale ressaltar novamente que esta UJ não teve suas cotas de limites orçamentários liberadas, conforme solicitado para SPO/MEC no final do exercício. Estávamos aguardando a liberação de cerca de 17.000.000,00 (dezessete milhões) e recebemos apenas R\$ 2.000.000,00 (dois milhões).

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores, o saldo em 01/01/2014 foi de R\$ 27.664.766,92 (vinte e sete milhões seiscentos e sessenta e quatro mil setecentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), sendo liquidado e pago o valor de R\$ 11.601.564,15 (onze milhões seiscentos e um mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos), e cancelado o valor de R\$ 1.290.398,10 (um milhão duzentos e noventa mil trezentos e noventa e oito reais e dez centavos).

A meta física desta ação previa viabilizar 03 projetos, os quais foram implementados com ampliação do número vagas do ensino superior através da criação de 13 (treze) novos curso de graduação, sendo 05 (cinco) no Campus Marco Zero, 07 (sete) no Campus Binacional e 01 (um) no Campus Mazagão, com isso ampliou o número de vagas em 665 alunos no ensino de graduação. Além das vagas ampliadas, foram adquiridos novos equipamentos, ampliação da rede física, como também, a promoção de ajuda financeira aos estudantes.

Para a ação Mais Médico foi pactuado o Contrato nº 016/2014, em novembro de 2014, para a construção de um prédio de sala de aula para atender os alunos do curso de medicina. Por ter iniciado somente em novembro, considerou-se meta ainda não concluída.

Quadro 16 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Identificação da Ação						
Código	2109.09HB.0016		Tipo: Operações Especiais			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

8.630.698,00	13.268.502,00	12.953.209,68	12.953.209,68	12.953.209,68	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
15.292,92	0,00	15.292,92	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Situacional

A dotação inicial desta ação foi de R\$ 8.630.698,00 (oito milhões seiscentos e trinta mil seiscentos e noventa e oito reais), finalizando no valor de R\$ 13.268.502,00 (treze milhões duzentos e sessenta e oito mil quinhentos e dois reais), sendo empenhado, liquidado e pago o valor de R\$ 12.953.209,68 (doze milhões novecentos e cinquenta e três mil duzentos e nove reais e sessenta e oito centavos).

A ação 09HB tem a finalidade de custear o encargo patronal da folha de pessoal desta UJ, cuja execução ocorreu de acordo com a rotina de cumprimento da legislação para a previdência social. Ressaltando que em sendo do tipo Operações Especiais não resulta em produto, portanto, no orçamento não possui meta física definida.

Quadro 17 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Identificação da Ação						
Código	2109.2004.0016		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Objetivo	Conceder em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. Código: 301					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
886.884,00	1.508.884,00	1.431.153,69	1.411.871,69	1.411.871,69	0,00	19.281,80
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Pessoa beneficiada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				-	-	634
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
78.147,50	35.773,40	0,00	Pessoa beneficiada	Unidade	75	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Situacional

A dotação orçamentária inicial desta ação foi de R\$ 886.884,00 (oitocentos e oitenta e seis mil oitocentos e oitenta e quatro reais), sendo suplementado no valor de R\$ 622.000,00 (seiscentos e vinte e dois mil reais), totalizando o valor de R\$ 1.508.884,00 (um milhão quinhentos e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais).

Para atender as despesas com ressarcimento Assistência Médica e Odontológica, foi destinado o valor de R\$ 1.428.884,00 (um milhão quatrocentos e vinte e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais), sendo empenhado, liquidado e pago o valor de R\$ 1.410.547,19 (um milhão quatrocentos e dez mil quinhentos e quarenta e sete reais e dezenove centavos).

Para as despesas com Exames Periódicos foi destinado o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo empenhado o valor de R\$ 20.606,30 (vinte mil seiscentos e seis reais e trinta centavos). Foi liquidado e pago o valor de R\$ 1.324,50 (um mil trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), e Inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 19.281,80 (dezenove mil duzentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores, o saldo em 01/01/2014 foi de R\$ 78.147,50 (setenta e oito mil cento e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), sendo liquidado o valor de R\$ 35.773,40 (trinta e cinco mil setecentos e setenta e três reais e quarenta centavos).

Em 2014, foram convocados 194 servidores para realizarem os exames médicos periódicos, conforme estabelece o Decreto nº 6856/2009, no entanto, somente 75 servidores finalizaram os respectivos exames.

Quadro 18 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2109.2010.0016		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Objetivo	Conceder benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar. Código: 365					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Unidade Orçamentária	Código: 2109		Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado			
Ação Prioritária	26286 () Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
66.000,00	96.000,00	85.199,40	85.199,40	85.199,40	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidor beneficiado			Unidade	-	-	127
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Situacional

A dotação inicial no valor de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), sendo suplementada ao logo do exercício e finalizando o valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), sendo empenhado, liquidado e pago o valor de R\$ 85.199,40 (oitenta e cinco mil cento e noventa e nove reais e quarenta centavos).

A execução desta ação depende diretamente da solicitação do servidor, e, portanto não houve fatores que dificultaram a execução da ação, e os resultados obtidos estão dentro do esperado, pois existe uma oscilação nos quantitativos do quadro de servidores desta UJ.

Quadro 19 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2109.2011.0016		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Objetivo	Promover o pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio. Código: 331					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
125.160,00	125.160,00	85.154,71	85.154,71	85.154,71	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	-	-	132
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Situacional

A dotação orçamentária destinada para esta ação totalizou o valor de R\$ 125.160,00 (cento e vinte e cinco mil cento e sessenta reais), sendo empenhado, liquidado e pago o valor de R\$ 85.154,71 (oitenta e cinco mil cento e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos).

A ação 2011 também depende de requerimento preenchido pelo servidor solicitando o benefício, e apesar da oscilação no quantitativo de novos servidores, sua execução ocorreu dentro da normalidade.

Quadro 20 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2109.2012.0016		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Conceder em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório Código: 306					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.497.776,00	3.766.776,00	3.767.899,35	3.767.899,35	3.767.899,35	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	-	-	954
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Situacional

Esta ação iniciou com dotação orçamentária no valor de R\$ 2.497.776,00 (dois milhões quatrocentos e noventa e sete mil setecentos e setenta e seis reais), sendo suplementada e finalizando com o valor de R\$ 3.766.776,00 (três milhões setecentos e sessenta e seis mil setecentos e setenta e seis reais).

Foi empenhado, liquidado e pago o valor de R\$ 3.767.899,35 (três milhões setecentos e sessenta e sete mil oitocentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos).

A execução da ação 2012 ocorreu dentro do esperado, e a suplementação foi necessária tendo em vista à constante alteração no quantitativo do quadro de servidores desta UJ.

Quadro 21 - Pagamento de Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação						
Código	2109.20TP.0016		Tipo: Atividade			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
	Código: 2109		Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado			
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
44.377.965,00	67.659.687,00	66.693.504,77	66.693.504,77	66.693.504,77	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	-	-	965
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Situacional

A dotação inicial desta ação foi de R\$ 44.377.965,00 (quarenta e quatro milhões trezentos e setenta e sete mil novecentos e sessenta e cinco reais), sendo suplementada no decorrer do exercício em R\$ 23.281.722,00 (vinte e três milhões duzentos e oitenta e um mil setecentos e vinte e dois reais), finalizando no valor de R\$ 67.659.687,00 (sessenta e sete milhões seiscentos e cinquenta e nove mil seiscentos e oitenta e sete reais).

Durante a execução foi empenhado, liquidado e pago o valor de R\$ 66.693.504,77 (sessenta e seis milhões, seiscentos e noventa e três mil quinhentos e quatro reais e setenta e sete centavos), correspondendo a aproximadamente 99% (noventa e nove por cento) da dotação total.

As despesas com maior volume de gastos na folha de pessoal foram: Vencimentos e Salários – R\$ 36.402.361,53 (trinta e seis milhões quatrocentos e dois mil trezentos e sessenta e um reais e cinquenta e três centavos); Gratificação por Exercício de Cargo Efetivo – R\$ 17.466.362,96 (dezessete milhões quatrocentos e sessenta e seis mil trezentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos); 13º Salário – R\$ 5.148.629,37 (cinco milhões cento e quarenta e oito mil seiscentos e vinte e nove mil e trinta e sete centavos); Férias – Abono Constitucional – R\$ 2.165.116,41 (dois milhões cento e sessenta e cinco mil cento e dezesseis reais e quarenta e um centavos); Gratificação por Exercício de Cargo em Comissão – R\$ 1.693.792,18 (um milhão seiscentos e noventa e três mil setecentos e noventa e dois reais e dezoito centavos); Gratificação por Tempo de Serviço – R\$ 932.219,04 (novecentos e trinta e dois mil duzentos e dezenove reais e quatro centavos); Gratificação por Exercício de Funções Comissionadas – R\$ 707.298,97 (setecentos e sete mil duzentos e noventa e oito reais e noventa e sete centavos); Salário de Contrato Temporário – R\$ 405.958,01 (quatrocentos e cinco mil novecentos e cinquenta e oito reais e um centavo).

A execução ocorreu de acordo com a rotina de pagamento de pessoal, observada a legislação pertinente.

Quadro 22 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Identificação da Ação						
Código	2109.4572.0016		Tipo: Atividade			
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Objetivo	Realizar ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. Código: 128					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
455.000,00	455.000,00	374.804,10	363.654,10	363.654,10	0,00	11.150,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidor capacitado			Unidade	175	310	310
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
136.728,87	95.563,88	28.976,25	Servidor capacitado	Unidade	55	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Situacional

Para atender a ação de capacitação de servidores, foi destinado o valor de R\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais), sendo empenhado o valor de R\$ 374.804,10 (trezentos e setenta e quatro mil oitocentos e quatro reais e dez centavos), que corresponde a 82% (oitenta e dois por cento).

Na execução da ação foi liquidado e pago o valor de R\$ 363.654,10 (trezentos e sessenta e três mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos), sendo inscrito em Restos à Pagar Não Processados o valor de R\$ 11.150,00 (onze mil cento e cinquenta reais).

As despesas empenhadas que refletiram maior volume de gastos foram: Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 193.880,59 (cento e noventa e três mil oitocentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos); Passagens Aéreas – R\$ 87.922,00 (oitenta e sete mil novecentos e vinte

e dois reais); Serviços de Terceiros – Pessoa Física – R\$ 46.411,48 (quarenta e seis mil quatrocentos e onze reais e quarenta e oito centavos); Diárias – R\$ 47.255,43 (quarenta e sete mil duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos). As demais totalizaram o valor empenhado de R\$ 665,40 (seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos).

A meta física para ação 4572 previa capacitar 175 servidores durante o exercício de 2014, no entanto foram capacitados 310 servidores, portanto, ultrapassando a meta prevista. Essa ampliação do número de participantes nos diversos cursos disponibilizados na programação de capacitação deu-se pelo ingresso de novos servidores concursados à Instituição. Neste sentido, foram executados 24 (vinte e quatro) cursos voltados a gestão administrativa, dentre os quais destacamos as grande áreas: comunicação, SIAFI, licitação, projetos, orçamento, contabilidade, patrimônio, compras e contratos.

Os cursos foram programados e executados a partir das necessidades de cada unidade administrativa na perspectiva de capacitar o quadro técnico-administrativo em diversas temáticas. Os cursos foram selecionados com o propósito de elevar o nível de qualidade no desempenho das atividades administrativas e conseqüentemente promover a melhoria dos serviços ofertados pela Instituição, e ainda, a metodologia adotada para a execução dos cursos tem contribuindo para uma maior integração entre os servidores como também entre as unidades administrativas, com isso maximiza os resultados e minimiza os custos. Mas ainda assim mesmo, destacamos alguns fatores que contribuíram negativamente, dentre os quais destacamos: o absenteísmo de servidores inscritos nos cursos; a inexistência de laboratório de informática no próprio prédio da Gestão de Pessoas (onde funcionam as salas de capacitação) visando atender aos cursos relacionados à utilização de sistemas: Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), SIAPECAD, Extrator de Dados, entre outros.

6. TOPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e Execução das despesas

6.1.1 Programação das despesas

Quadro 23 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26286		UGO: 154215		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
DOTAÇÃO INICIAL		55.264.371,00	0,00	29.589.476,00		
CRÉDITOS	Suplementares	28.921.973,00	0,00	5.014.934,00		
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	678.000,00	
Outras Operações		0,00	0,00	0,00		
Dotação final 2014 (A)		84.186.344,00	0,00	33.926.410,00		
Dotação final 2013(B)		60.658.636,00	0,00	32.801.673,00		
Variação (A/B-1)*100		39%	0,00	34%		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		25.015.634,00	0,00	0,00	0,00	
CRÉDITOS	Suplementares	10.740.040,00	0,00	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2014 (A)		35.755.674,00	0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2013(B)		53.063.944,00	0,00	0,00	0,00	
Variação (A/B-1)*100		33%	0,00	0,00	0,00	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica:

A dotação inicial destinada a esta UJ para o exercício de 2014 totalizou o montante de R\$ 109.869.481,00 (cento e nove milhões oitocentos e sessenta e nove mil quatrocentos e oitenta e um reais), sendo R\$ 55.264.371,00 (cinquenta e cinco mil duzentos e sessenta e quatro mil trezentos e setenta e um reais) para despesas de pessoal e encargos sociais; R\$ 29.589.476,00 (vinte e nove milhões quinhentos e oitenta e nove mil quatrocentos e setenta e seis reais) para outras despesas correntes; e R\$ 25.015.634,00 (vinte e cinco milhões quinze mil seiscentos e trinta e quatro reais) para despesas de investimentos.

As suplementações de crédito totalizaram o valor de R\$ 44.676.947,00 (quarenta e quatro milhões seiscentos e setenta e seis mil novecentos e quarenta e sete reais), e um cancelamento de R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais) finalizando a dotação total em R\$ 153.868.428,00 (cento e cinquenta e três milhões oitocentos e sessenta e oito mil quatrocentos e vinte e oito reais).

A dotação do crédito orçamentário de pessoal e encargos sociais totalizou o valor de R\$ 84.186.344,00 (oitenta e quatro milhões cento e oitenta e seis mil trezentos e quarenta e quatro reais), que corresponde aproximadamente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da dotação total.

Para as despesas correntes o crédito orçamentário totalizou o valor de R\$ 33.926.410,00 (trinta e três milhões novecentos e vinte e seis mil quatrocentos e dez reais), cerca de 22% (vinte e dois por cento) da dotação total.

A dotação orçamentária destinada às despesas de investimentos totalizou o valor de R\$ 35.755.674,00 (trinta e cinco milhões setecentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e setenta e quatro reais), correspondendo a aproximadamente 23% (vinte e três por cento) da dotação total.

Em virtude da contratação de novos servidores para o quadro de pessoal efetivo desta UJ, houve um crescimento de aproximadamente 39% (trinta e nove por cento) na dotação de pessoal e encargos sociais em relação ao exercício de 2013.

Quanto ao grupo de outras despesas correntes o volume de créditos cresceu em média 3% (três por cento), já para as despesas com investimentos houve um decréscimo de 33% (trinta e três por cento).

6.1.2 Movimentação de Créditos Externa

Quadro 24 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	150014	154215	1233121092012	0,00	0,00	2950,00
	152734	154215	1236420324005	0,00	0,00	2.449.485,86
	152734	154215	1236420328282	0,00	0,00	386.596,00
	152734	154215	12364203220GK	0,00	0,00	11.892,35
	153031	154215	12364203220RK	0,00	0,00	360,00
	153037	154215	12364203220RK	0,00	0,00	296,30
	154003	154215	12368203020RJ	0,00	0,00	1.413.426,46
	154003	154215	1236420320487	0,00	0,00	155.552,18
	158515	154215	12364203211G0	0,00	0,00	3.636,60
	253002	154215	1030420158719	0,00	0,00	41.400,00
	257001	154215	10305201520YJ	0,00	0,00	165.810,50
	257001	154215	10301201520K5	0,00	0,00	182.800,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	152734	154215	1236420328282	143.099,84	0,00	0,00
	152734	154215	12364203220GK	108,90	0,00	0,00
	154003	154215	12364203220GK	510.936,35	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total

Quadro 25 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do Amapá		Código UO: 26286		UGO: 154215	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.369.346,44	8.041.077,21	9.369.346,44	8.013.078,61	
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	
b) Tomada de Preços	895.118,20	69.943,20	895.118,20	69.943,20	
c) Concorrência	365.208,51	213.062,26	365.208,51	213.062,26	
d) Pregão	8.109.019,73	7.758.071,15	8.109.019,73	7.030.073,15	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	2.488.008,67	2.166.961,98	2.488.008,67	1.996.359,96	
h) Dispensa	1.538.649,63	1.639.879,60	1.538.649,63	1.479.919,30	
i) Inexigibilidade	949.359,04	527.082,38	949.359,04	516.440,66	
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	88.628.759,47	59.869.544,38	88.628.759,47	58.098.917,14	
k) Pagamento em Folha	87.791.560,64	59.375.085,60	87.791.560,64	57.604.564,20	
l) Diárias	837.198,83	494.352,94	837.198,83	494.352,94	
5. Outros	11.862.049,44	8.347.324,76	11.831.691,59	7.799.455,01	
6. Total (1+2+3+4+5)	112.348.164,02	78.424.908,33	112.317.806,17	75.907.810,72	

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica:

A modalidade de licitação com maior volume de despesas liquidadas e pagas foi pregão eletrônico, que totalizou o montante de R\$ 7.758.071,75 (sete milhões setecentos e cinquenta e oito mil setenta e um reais e setenta e cinco centavos), sendo que as despesas que refletiram maior volume foram: Locação de Mão de Obra (contratos de serviços de limpeza e conservação predial, e vigilância) – R\$ 3.741.819,03 (três milhões setecentos e quarenta e um mil oitocentos e dezenove reais e três centavos); Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (manutenção de bens imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, etc.) – R\$ 1.974.000,69 (um milhão novecentos e setenta e quatro mil e sessenta e nove centavos); Passagens Aéreas – R\$ 991.681,23 (novecentos e noventa e um mil seiscentos e oitenta e um reais e vinte e três centavos); Material de Consumo – R\$ 436.901,91 (quatrocentos e trinta e seis mil novecentos e um reais e noventa e um centavos); Material Permanente – R\$ 890.196,05 (oitocentos e noventa mil cento e noventa e seis mil e cinco centavos).

Nas contratações diretas, modalidade de dispensa de licitação, as despesas liquidadas e pagas totalizaram o valor de R\$ 1.538.649,63 (um milhão quinhentos e trinta e oito mil seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos). As despesas que refletiram maior volume foram: Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (serviços de energia elétrica, comunicação em geral, locação de imóveis, apoio ao ensino) – R\$ 777.689,45 (setecentos e setenta e sete mil seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos); Locação de Mão de Obra (contratos emergencial

de serviços de limpeza e vigilância) – R\$ 654.907,18 (seiscentos e cinquenta e quatro mil novecentos e sete reais e dezoito centavos); Material Permanente – R\$ 62.725,00 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais), dentre outras despesas.

Quanto a modalidade de inexigibilidade, as despesas liquidadas e pagas totalizaram o valor de R\$ 949.359,04 (novecentos e quarenta e nove mil trezentos e cinquenta e nove mil e quatro centavos), cujas despesas com maior volume de recursos liquidados e pagos foram: Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica (assinatura de periódicos, serviços de água canalizada, seleção e treinamento e apoio ao ensino) – R\$ 693.442,77 (seiscentos e noventa e três mil quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos); despesas Intra Orçamentárias (Imprensa Nacional, EBC, etc) – R\$ 196.614,63 (cento e noventa e seis mil seiscentos e quatorze reais e sessenta e três centavos); Aquisição de Software – R\$ 59.301,64 (cinquenta e nove mil trezentos e um reais e sessenta e quatro centavos).

Não utilizamos no exercício de 2014 despesas através de suprimento de fundos ou cartão corporativo.

As despesas liquidadas com folha de pessoal totalizaram o valor de R\$ 87.791.560,64 (oitenta e sete milhões setecentos e noventa e um mil quinhentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos).

Quanto às despesas liquidadas e pagas com diárias totalizaram o valor de R\$ 837.198,83 (oitocentos e trinta e sete mil cento e noventa e oito reais e oitenta e três centavos).

6.1.3.2 Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro 26 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do Amapá						Código UO: 26286		UGO: 154215	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
1. Despesas de Pessoal									
Vencimentos e Salários	65.908.110,98	46.370.527,05	65.908.110,98	46.370.527,05	0,00	0,00	65.908.110,98	45.428.788,65	
Encargo Patronal	12.953.209,68	9.057.266,00	12.953.209,68	9.041.913,08	0,00	15.292,92	12.953.209,68	8.223.692,86	
Aposentadorias	2.468.216,59	1.845.494,24	2.468.216,59	1.845.494,24	0,00	0,00	2.468.216,59	1.845.494,24	
Demais elementos do grupo	1.462.023,39	2.117.091,23	1.462.023,39	2.117.091,23	0,00	378.898,42	1.462.023,39	2.106.588,45	
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3. Outras Despesas Correntes	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	5.674.558,99	9.195.098,07	3.536.435,13	4.425.877,46	2.138.123,86	4.769.220,45	3.536.435,13	4.254.244,19	
Locação de Mão de Obra	5.588.397,05	3.989.626,83	4.396.726,21	3.350.992,46	1.191.670,84	638.634,37	4.396.726,21	3.332.226,55	
Aux. Financeiro a Estudantes	4.306.240,20	3.036.322,84	3.201.615,68	2.135.260,69	1.104.624,52	901.062,15	3.201.615,68	2.131.121,87	
Demais elementos do grupo	10.913.117,08	11.088.085,90	9.642.689,65	7.543.911,59	1.270.427,43	3.544.174,31	9.642.689,65	3.521.305,14	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
4. Investimentos									
Obras em andamento	6.354.460,11	14.433.576,29	1.261.326,71	441.090,12	5.093.133,40	13.992.486,17	1.261.326,71	441.090,12	
Material Permanente	3.458.726,36	7.688.635,44	955.921,05	651.485,95	2.502.805,31	7.037.149,49	955.921,05	649.064,81	
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	330.751,57	1.908.366,75	59.619,84	651.485,95	271.131,73	1.901.621,23	59.619,84	6.745,52	
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3.3 Despesas Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$

Quadro 27 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	192.574,69	72.839,15	192.574,69	72.839,15
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,0	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	192.574,69	72.839,15	192.574,69	72.839,15
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	389.969,82	4.490,01	389.969,82	4.490,01
h) Dispensa	373.170,82		373.170,82	
i) Inexigibilidade	16.799,00	4.490,01	16.799,00	4.490,01
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.700.866,78	1.339.865,36	2.670.508,93	1.314.079,02
k) Pagamento em Folha	2.622.197,63	1.304.879,17	2.591.839,78	1.279.092,83
l) Diárias	78.669,15	34.986,19	78.669,15	34.986,19
5. Outros	72.638,60	1.377.906,96	54.142,00	1.350.120,62
6. Total (1+2+3+4+5)	3.356.049,89	2.795.101,48	3.325.692,04	2.741.528,80

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica

A modalidade de licitação que com maior volume de despesas liquidadas foi pregão eletrônico, que totalizou o montante de R\$ 192.574,69 (cento e noventa e dois mil quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos). A despesa que exigiu maior volume de recursos foi aquisição de equipamentos e material permanente – R\$ 143.099,84 (cento e quarenta e três mil noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Em relação ao exercício de 2013 houve um aumento de 38% (trinta e oito por cento) das despesas liquidadas e pagas na modalidade de pregão eletrônico. Nas contratações diretas, para a modalidade de dispensa de licitação, as despesas liquidadas e pagas totalizaram o valor de R\$ 373.170,82 (trezentos e setenta e três mil cento e setenta reais e oitenta e dois centavos), sendo que as despesas que representaram maior volume de recursos foram: Serviços de Energia Elétrica – R\$ 287.270,82 (duzentos e oitenta e sete mil duzentos e setenta reais e oitenta e dois centavos); e aquisição de Equipamentos para laboratório – R\$ 79.900,00 (setenta e nove mil e novecentos reais).

Na modalidade de Inexigibilidade as despesas liquidadas e pagas totalizaram o valor de R\$ 16.799,00 (dezesseis mil setecentos e noventa e nove reais), com contratação de serviços de apoio administrativo e operacional. Não utilizamos no exercício de 2014 despesas através de suprimento de fundos ou cartão corporativo.

As despesas liquidadas e pagas na folha de pessoal totalizaram o valor de R\$ 2.622.197,63 (dois milhões seiscentos e vinte e dois mil cento e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), sendo para atender os pagamentos dos Programas de Residência Médica – R\$ 907.759,30 (novecentos e sete mil setecentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos); Multiprofissional – R\$ 1.086.334,87 (um milhão oitenta e seis mil trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e sete centavos); Encargo Patronal – R\$ 388.104,26 (trezentos e oitenta e oito mil cento e quatro reais e vinte e seis centavos); e Estagiários do PARFOR – R\$ 238.875,85 (duzentos e trinta e oito mil oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos). Quanto as despesas liquidadas com diárias a servidor e colaborador eventual, foi totalizado o valor de R\$ 78.669,15 (setenta e oito

mil seiscentos e sessenta e nove reais e quinze centavos). As demais despesas liquidadas totalizaram o valor de R\$ 3.356.049,89 (três milhões trezentos e cinquenta e seis mil quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos), atendendo a despesas com auxílio ao pesquisador e auxílio financeiro a estudantes.

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 28 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
Auxílios Financeiros a Pessoa Física	1.994.094,17	880.743,66	1.994.094,17	880.743,66	0,00	370.403,10	1.994.094,17	880.743,66
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	623.893,90	503.400,40	273.859,45	253.262,57	350.034,45	250.137,83	273.859,45	253.262,57
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	410.895,00	0,00	310.069,82	0,00	100.825,18	0,00	310.069,82	0,00
Demais elementos do grupo	679.429,49	213.902,65	555.026,61	68.759,15	524.668,76	87.842,30	124.402,88	68.759,15
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
Equipamentos e material permanente	654.145,09	569457,32	222.999,84	0,00	431.145,25	569.457,32	222.999,84	0,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

6.2 Despesas com publicidade e propaganda

Quadro 29 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2032/8282	0,00	100.760,00
Legal	2032/20RK	94.884,15	85.564,85
	2032/8282	5.000,00	0,00
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

6.3 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 30 – Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	34.151.562,26	17.077.719,54	3.028.336,71	14.045.506,01
2012	10.046.302,46	5.226.003,75	821.365,73	3.998.932,98
2011	4.450.401,19	1.554,70	4.244.401,19	204.445,30
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	2.047.424,82	2.038.556,24	8.868,58	0,00
2012	2.410,06	2.255,06	155,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica

Em relação à execução de Restos a Pagar de exercícios anteriores, apresentamos as seguintes observações no exercício de 2014:

Os Restos a Pagar Processados referentes ao exercício de 2012, o saldo apresentado em 01/01/2014, totalizou o valor de R\$ 2.410,06 (dois mil quatrocentos e dez reais e seis centavos), sendo efetivamente pago o valor de R\$ 2.255,06 (dois mil duzentos e cinquenta e cinco reais e seis centavos), e efetuado o cancelamento no valor de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais), zerando o saldo da inscrição.

Com relação ao exercício de 2013, apresentou um saldo de R\$ 2.047.424,82 (dois milhões quarenta e sete mil quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos). No decorrer do exercício foi pago o valor de R\$ 2.038.556,24 (dois milhões trinta e oito mil quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos) e cancelado o valor de R\$ 8.868,58 (oito mil oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), zerando o saldo no encerramento do exercício de 2014.

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados referentes ao exercício de 2011 foram reinscritos o valor de R\$ 4.450.401,19 (quatro milhões quatrocentos e cinquenta mil quatrocentos e um reais e dezenove centavos), sendo pago no decorrer do exercício o valor de R\$ 1.554,70 (mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos), e atendendo determinação superior foram efetuados os cancelamentos no montante de R\$ 4.244.401,19 (quatro milhões duzentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e um reais e dezenove centavos), finalizando o exercício de 2014 com um saldo de R\$ 204.445,30 (duzentos e quatro mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos).

Em relação ao exercício de 2012 os Restos a Pagar Não Processados totalizaram o valor de R\$ 10.046.302,46 (dez milhões quarenta e seis mil trezentos e dois reais e quarenta e seis

centavos). Na execução dos referidos créditos, foram pagos o valor de R\$ 5.226.003,75 (cinco milhões duzentos e vinte e seis mil três reais e setenta e cinco centavos), cancelados o valor de R\$ 821.365,73 (oitocentos e vinte e um mil trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e três centavos), finalizando o exercício de 2014 com um saldo de R\$ 3.998.932,98 (três milhões novecentos e noventa e oito mil novecentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos).

Em 01/01/2014 foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados o montante de R\$ 34.151.562,26 (trinta e quatro milhões cento e cinquenta e um mil quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos), sendo efetivamente pagos o valor de R\$ 17.077.719,54 e cancelados R\$ 3.028.336,71 (três milhões vinte e oito mil trezentos e trinta e seis reais e setenta e um centavos), ficando o saldo em 31/12/2014 de R\$ 14.045.506,01 (quatorze milhões quarenta e cinco mil quinhentos e seis reais e um centavo).

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Lotação de Trabalho à Disposição da UJ

Quadro 31– Força de Trabalho da UNIFAP

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	936	200	19
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	01	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	01	01	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	19	-	01
2. Servidores com Contratos Temporários	-	09	-	01
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	966	201	21

Fonte: SIAPE/PROGEP

Quadro 32 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	438	519
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	419	517
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	01	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	17	02
2. Servidores com Contratos Temporários	-	09
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	438	528

Fonte: SIAPE/PROGEP

Quadro 33 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	38	38	47	45
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	118	105	61	54
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	03	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	156	143	108	99

Fonte: SIAPE/PROGEP

7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

Atendendo ao disposto na Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005, que instituiu o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) e Decretos nº 5.825 de 25 de junho de 2006 e nº 5.824 de 29 de junho de 2006, a universidade, por meio da Divisão de Capacitação e Educação Profissional (DCEP), vinculada à PROGEP realizou no exercício de 2014, 22 cursos aos servidores nas diversas áreas administrativas, conforme quadro 34. Vale destacar que foram inscritos 710 servidores, porém apenas 314 concluíram, portanto, 44,22% do total de inscritos. Ressaltamos ainda, que a diferença observada entre o quantitativo de servidores inscritos e o número de concluintes pode ser atribuída ao fato de que um servidor participou de no mínimo 3 (três) cursos.

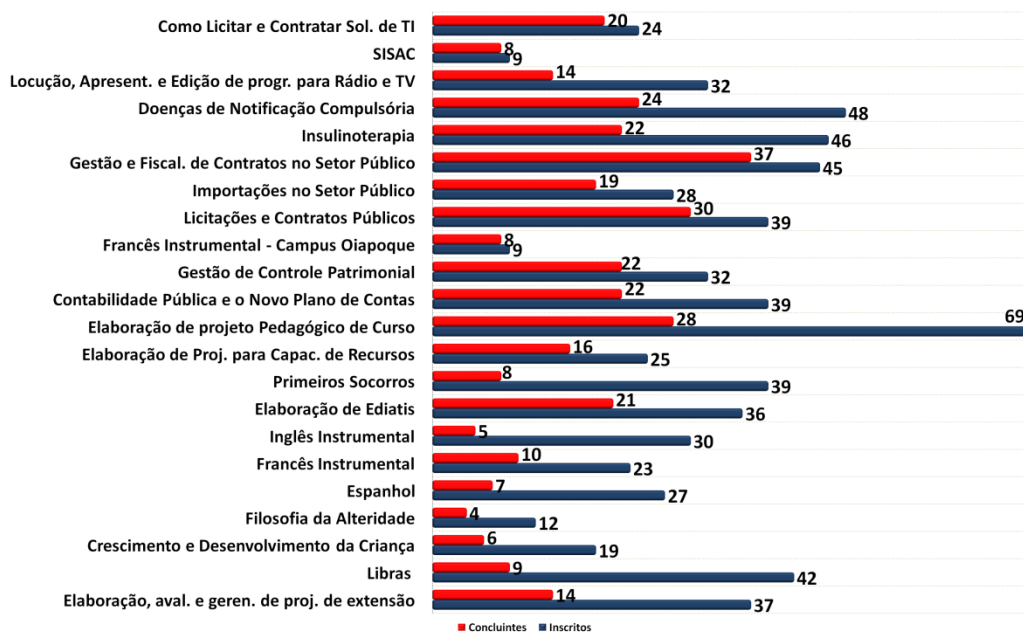
Quadro 34 - Número de servidores inscritos e concluintes por curso de capacitação

Nº	Curso	C.H	Inscritos	Concluintes
1	Elaboração, avaliação e gerenciamento de projeto de extensão	40h	37	14
2	Libras	60h	42	9
3	Crescimento e Desenvolvimento da Criança	20h	19	6
4	Filosofia da Alteridade	20h	12	4
5	Espanhol	60h	27	7
6	Francês Instrumental	60h	23	10
7	Inglês Instrumental	60h	30	5
8	Elaboração de Editais	24h	36	21
9	Primeiros Socorros	12h	39	8
10	Elaboração de Projetos para Capacitação de Recursos	40h	25	16
11	Elaboração de projeto Pedagógico de Curso	20h	69	28
12	Contabilidade Pública e o Novo Plano de Contas	32h	39	22
13	Gestão de Controle Patrimonial	16h	32	22
14	Francês Instrumental - Campus Oiapoque	60h	9	8
15	Licitações e Contratos Públicos	24h	39	30
16	Importações no Setor Público	24h	28	19
17	Gestão e Fiscalização de Contratos no Setor Público	32h	45	37
18	Insulinoterapia	16h	46	22
19	Doenças de Notificação Compulsória	20h	48	24

20	Locução, Apresentação e Edição de programas para Rádio e TV	20h	32	14
21	SISAC	24h	9	8
22	Como Licitar e Contratar Soluções de Tecnologia da Informação	32h	24	20
Total			710	314

Fonte: DCEP/PROGEP

Gráfico nº 7 – Número de servidores inscritos e concluintes por curso de capacitação



Fonte: DCEP/PROGEP

No que tange a qualificação de servidores (docentes e técnicos) os dados revelam que há predominância da participação dos docentes em processo de qualificação (Mestrado e Doutorado), enquanto que a participação dos técnico-administrativos é praticamente inexpressiva, haja vista que apenas 03 (três) servidores tiveram participação institucionalizada, ou seja, se afastaram por portaria.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade jurisdicionada

Quadro 35 - Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	65.908.110,98	707.298,97	20.092.374,18	406474,97	129756,68	99.415,68	181.717,03	-	33.987,34	87.559.135,83
	2013	19.806.427,56	2.093.320,21	4.217.142,67	13.576.123,34	2.897.362,49	1.038.229,93	209.064,22	-	82.925,70	43.920.596,12
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	440.341,91	-	-	-	-	-	-	-	-	440.341,91
	2013	962.622,45	-	65.414,29	125.442,61	132.978,09	6.950,02	-	-	-	1.293.407,46

Fonte: PROGEP/SIAFI

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

No ano de 2014 a PROGEP realizou consultas no portal Transparência das esferas federal e estadual e foram identificadas 07 acumulações indevidas de cargos públicos. Diante disto, foram emitidas notificações aos servidores para que, no prazo, de 10 dias, optassem e apresentassem documentação comprobatória acerca da sua escolha. Das notificações realizadas, 4 apresentaram os documentos de exoneração, os outros 3 servidores não apresentaram os respectivos documentos o que culminou com abertura PAD pela acumulação de cargos.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Este item não se aplica a esta IFES, vez que não há terceirizações irregulares de cargos.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

A PROGEP ainda não elaborou instrumentos para avaliar os possíveis riscos na gestão de pessoas, dentre os possíveis riscos mensuráveis, destacamos os pedidos de exoneração que ocorreram por conta do servidor ser aprovado em outros concursos, em 2014 tivemos 09 exonerações, sendo 05 de docentes e 04 de técnicos.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A PROGEP ainda não definiu uma política para mensurar os indicadores de gestão de pessoas.

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários
7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro 36 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante									
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ									
UG/Gestão: 154215/15278					CNPJ: 34.868.257/0001-81				
Informações sobre os Contratos									
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados		Sit.
					Início	Fim	F		
							P	C	
2011	V	O	Serviço de Vigilância	08.531.731/0001-75	27/07/2011	31/12/2014	04	04	P
2012	V	O	Serviço de Vigilância	08.531.731/0001-75	30/12/2011	31/12/2014	04	04	P
2014	V	E	Serviço de Vigilância	13.820.361/0001-26	08/10/2014	31/12/2014	06	06	P
2013	V	O	Serviço de Vigilância	13.820.361/0001-26	26/12/2013	31/12/2014	64	64	P
2014	V	E	Serviço de Vigilância	12.066.015/0013-75	08/10/2014	31/12/2014	08	08	P
2014	V	E	Serviço de Vigilância	12.066.015/0013-75	01/09/2014	31/12/2014	04	04	P
2014	V	E	Serviço de Vigilância	12.066.015/0013-75	01/09/2014	31/12/2014	04	04	P
2014	V	E	Serviço de Vigilância	12.066.015/0013-75	28/06/2014	25/12/2014	06	06	P
2014	L	E	Serviço de Limpeza	17.065.080/0001/66	14/11/2014	31/12/2014	61	61	P
2014	L	E	Serviço de Limpeza	19.804.042/0001-03	04/11/2014	31/12/2014	05	05	P

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: PROPLAN

OBS: As colunas de nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados – Médio e Superior foram suprimidas por não terem sido previstos ou celebrados contratos que exigissem os citados níveis de ensino.

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 37 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante									
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ									
UG/Gestão: 154215/15278					CNPJ: 34.868.257/0001-81				
Informações sobre os Contratos									
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados ⁽¹⁾		Sit.
					Início	Fim	M		
							P	C	
2013	8	O	Serviços de reprografia	34.871.319/0001	02/01/2013	31/12/2014	2 ⁽²⁾	2	P
LEGENDA					<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>				
<p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras 									

Fonte: PROPLAN

OBS: ¹⁾ As colunas de nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados – Fundamental e Superior foram suprimidas por não terem sido previstos ou celebrados contratos que exigissem os citados níveis de ensino.

²⁾ Prevista a contratação de 02(dois) operadores de máquina copiadora, porém no primeiro termo aditivo do contrato nº 01/2013, os mesmos foram desligados do contrato por extinção do item 7 da subcláusula segunda da cláusula quarta – fornecimento de mão de obra – operador de máquina copiadora de responsabilidade da contratada.

7.2.3 Contratação de estagiários

Quadro 38 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	-	-	-	-
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	43	34	36	32	472.373,92
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	43	34	36	32	472.373,92

Fonte: SIAPE/PROGEP

A política para contratação de estagiários obedece as leis nº 9.394/1996 e 11.788/2008 com vistas a oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver suas habilidades acadêmica e administrativa a partir do perfil do curso, além de integrar ao mercado de trabalho e a convivência humana no contexto das relações entre a formação acadêmica e o mundo profissional.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A gestão da frota de veículos automotores de propriedade da UNIFAP segue as orientações da Instrução Normativa (IN) nº 3 de 15 de maio de 2008 que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências, bem como o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008 que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autarquia e fundacional; a Lei nº 9.327/96 que dispõe sobre a condução de veículos oficial), e ainda, da Ordem Serviço 002/2008-PROAP/UNIFAP de 04/01/2008 que regulamenta uso da frota de veículo no âmbito da Universidade.

A Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura (AEEA/Prefeitura *Campus*) órgão responsável em gerenciar a frota de veículo na Universidade nas atividades administrativas, auxiliando na circulação de materiais, de pessoas, documentos e informações. Ressaltamos que além do *Campus* Marco Zero, há também as unidades administrativas dos demais *Campi* (Binacional que fica a 600 km da sede, Santana distante 30 km e Mazagão a 70 km) todos em pleno funcionamento. Além das atividades administrativas a frota atende a comunidade acadêmica com aulas de campo, ações de extensão, projetos de pesquisas e outras demandas de interesse da Instituição e dos cursos.

Para atender essas demandas a Universidade no final do exercício de 2014, tinha uma frota de veículos, composta 28 veículos terrestres automotores e 05 veículos automotores marítimo com a idade média de 01 a 10 anos, onde 70% têm menos de 06 anos, 17% com deficiências de adaptações não apropriadas para a região e 16% antieconômicos e sem utilidades.

No que tange aos custos com manutenção e reposição de peças em geral, em 2014, gerou um custo de R\$ 152.307,05 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e sete reais e cinco centavos), por conta do consumo de diesel (35.400 litros) e de gasolina (5.750 litros), pertinentes a 206.010 quilômetros rodados pela frota de janeiro a dezembro de 2014.

O Setor de Transporte dispõe de mecanismo de controle de deslocamento com dados de saída, quilometragem, consumo, manutenção e percurso registrado em um formulário de autorização de serviços numerado para cada carro. Ressaltamos que esta Instituição não possui em sua frota veículos contratados de terceiros, como também não dispõe de um plano específico de substituição de veículos.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 39 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF – ESTADO DO AMAPÁ (AP)		
	0601 – Amapá	1	1
	0605 – Macapá	1	1
	0607 – Mazagão	1	1
	0609 – Oiapoque	2	1
	0613 – Laranjal do Jari	1	1
	0615 – Santana	1	1
	0671 – Porto Grande	1	1
Total Brasil		8	7

Fonte: SPIUNET

8.2.2 Imóveis de propriedade sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

Quadro 40 – Imóveis de propriedade sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
154215	0601.00067.500-4	21	6	84.000,00	14/12/2008	
	0605.00195.500-3	21	2	14.487.991,44	19/08/2002	
	0607.00013.500-9	21	2	30.375,00	04/11/2013	455.625,00
	0609.00041.500-8	21	1	55.440,00	02/12/2002	
	0609.00044.500-4	21	1	10.924,36	06/07/2012	
	0613.00008.500-6	21	4	46.200,00	19/09/2001	
	0615.00058.500-5	21	3	266.600,00	24/03/2003	
	0671.00009.500-9	21	3	420.000,00	26/03/2002	

Fonte: SPIUNET

Regime:

- | | |
|------------------------------------|---|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro) |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

8.3 Bens Imóveis de Locados de Terceiros

Quadro 41 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	UF – ESTADO DO AMAPÁ		
	0609 – Oiapoque	1	-
Total		1	-

Fonte: SPIUNET

8.3.1 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Quadro 42.A – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0601.00067.500-4
	Endereço	Ramal da Bacabinha, 450 – Quadra 17 – Setor 01- Amapá-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.989.116/0001-19
	Nome ou Razão Social	Município de Amapá
	Atividade ou Ramo de Atuação	Ensino
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Escola Municipal Maria Elisa
	Prazo da Cessão	20/02/2015 a 31/07/2015
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de salas de aula
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem Ônus
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se Aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se Aplica
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se Aplica	

Fonte: DICON

Quadro 42.B – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0613.00008.500-6
	Endereço	Av. Mazagão, 105 - Bairro Castanheira - Laranjal do Jarí-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	23.066.905/0001-60
	Nome ou Razão Social	Município de Laranjal do Jari
	Atividade ou Ramo de Atuação	Ensino
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Escola Municipal de Ensino Fundamental Terezinha Queiroga de Souza
	Prazo da Cessão	Out/2014 a Fev/2015
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de 4 (quatro) salas de aula
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem Ônus
Tratamento Contábil dos	Não se Aplica	

	Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se Aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se Aplica

Fonte: DICON

Quadro 42.C – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0605.00195.500-3
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 Jardim Marco Zero Macapá-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.387.405/0001-36
	Nome ou Razão Social	Empresa B. L. P. Gomes – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços de produção e fornecimento de refeições de baixo custo, com qualidade e nutricionalmente balanceadas (café da manhã, almoço e jantar)
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico nº 003/2013
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão do espaço físico para funcionamento do Restaurante Universitário
	Prazo da Cessão	24/04/2013 a 28/02/2015
	Caracterização do espaço cedido	Cessão do espaço para funcionamento do RU
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.514,27 (Dois mil, quinhentos e quatorze reais e vinte e sete centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se Aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se Aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se Aplica

Fonte: DICON

Quadro 42.D – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0605.00195.500-3
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 Jardim Marco Zero Macapá-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	950.475.062-15
	Nome ou Razão Social	Julio Carvalho Correa
	Atividade ou Ramo de Atuação	Venda de lanches
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Convite
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão do espaço físico para funcionamento de lanchonete
	Prazo da Cessão	Dez/2014 a dez/2015
	Caracterização do espaço cedido	Cessão do espaço para funcionamento de lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se Aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se Aplica
	Forma de Rateio dos	Não se Aplica

	Gastos Relacionados ao Imóvel	
--	-------------------------------	--

Fonte: DICON

Quadro 42.E – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0605.00195.500-3
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 Jardim Marco Zero Macapá-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	Banco Santander S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto de Atendimento de Serviços Bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Convite
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão do espaço físico para funcionamento de um posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	2009 a 2014
	Caracterização do espaço cedido	Cessão do espaço para funcionamento de posto bancário
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 5.979,18 (Cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e dezoito centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se Aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se Aplica
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se Aplica	

Fonte: DICON

Quadro 42.F – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0605.00195.500-3
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 Jardim Marco Zero Macapá-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	950.475.062-15
	Nome ou Razão Social	Julio Carvalho Correa
	Atividade ou Ramo de Atuação	Venda de lanches
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	convite
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão do espaço físico para funcionamento de lanchonete
	Prazo da Cessão	Dez/2014 a dez/2015
	Caracterização do espaço cedido	Cessão do espaço para funcionamento de lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 330,00 (Trezentos e trinta reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se Aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se Aplica
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se Aplica	

Fonte: DICON

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 43 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valores Desembolsados 2014 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
Contrato 004/2014*	Licenciamento e Prestação de serviços técnico de tecnologia da informação para atender as demandas referentes à implantação e sustentação dos sistemas SIG	17/03/2014 a 31/12/2015	13.406.686/0001-67	SIG Software & Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.	2.788.850,00	166.786,67

*Considerando a demanda emergencial de atender os setores administrativos desta IFES, o NTI, em conjunto com o Comitê Gestor da Informação, optou por adquirir licença de uso e contratar a implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG), criados e mantidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Os sistemas SIG são formados por uma família de sistemas da área Acadêmica (SIGAA), Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) e Gestão de Recursos Humanos (SIGRH). Os sistemas SIG serão implantados em 4 anos, sendo que o primeiro ano de implantação finaliza em 17/05/2015.

Fonte: NTI

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Quadro 44 visa retratar as práticas de sustentabilidade ambiental da UJ, baseado no Decreto nº 5.940/2006 e Instrução Normativa nº 10/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Quadro 44 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
A UNIFAP vem construindo a política de sustentabilidade conforme estabelecido no Decreto Nº 7.746 e na Instrução Normativa Nº 10, de 12/11/2012 citadas. De acordo com as ações abaixo:			
- A padronização das compras de informática que garante a aquisição de produtos com certificados ISO;			
- Investimento na infraestrutura de energia, que garantirá melhor eficiência e economia;			
- Exigência nas licitações de madeiras certificadas;			
- Instalação de aparelhos de refrigeração com certificado do PROCEL.			

Fonte: PROAD/PROPLA

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 45– Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 013.101/2014-5	4041/2014	1.7		Ofício nº 0489/2014 – TCU/SECEX –AP de 07/08/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					
Descrição da Deliberação					
<p>1.7. determinar a UNIFAP,, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, c/c art. 106, § 3º, inciso I e § 4º, da Resolução TCU 259/2014, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias:</p> <p>1.7.1. adote as providências cabíveis e dirima a situação das prestações de contas dos Convênios 004/2010-SESA/AP (cursos de especialização em família), 006/2010-Sesa/AP (epidemiologia) e 003/2011-SESA/AP (enfermagem obstétrica), inclusive instaurando tomada de contas especial (TCE), caso as medidas administrativas não sejam suficientes para caracterização ou elisão de eventuais danos;</p> <p>1.7.2. apresente de forma detalhada as providências tomadas no próximo relatório de gestão a ser apresentado pela unidade.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO					
Síntese da Providência Adotada					
<p>A PROPLAN/DIVICON encaminhou o processo nº 23125.004749/2014-29 que trata da determinação do TCU à PROPESPG, unidade responsável pelos cursos de especializações na UNIFAP para que em conjunto com os(as) Coordenadores(as), responsáveis pela elaboração do Relatório Técnico de Cumprimento de Objeto, documento que faz parte da Prestação de Contas Final dos Convênios em tela, discutam acerca dos encaminhamentos a serem dados, considerando inclusive a possibilidade de que a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, através do departamento de Pós-Graduação adote as medidas cabíveis com vistas a finalização do curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica que se encontrava pendente de finalização.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>No que concerne a situação do cumprimento do objeto do Convênio nº 004/2010 – Curso de Especialização em Família, a Coordenadora do referido curso informa em seu relatório que 45(quarenta e cinco) alunos participaram 15 (quinze) discentes apresentaram seus trabalhos de conclusão de curso, e 06 (seis) alunos desistiram e 24(vinte e quatro) não concluíram o curso. Com relação ao Convênio nº 006/2010 - Especialização em Epidemiologia, segundo a Coordenadora, o curso iniciou no 1º semestre de 2011, com 30(trinta) alunos, sendo que 23(vinte e três) concluíram o curso e 07(sete) desistiram. Quanto ao Convênio nº 003/2011 - Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica, a Coordenadora informou que foram selecionados 20 alunos para cursar o referido curso, dentre estes 10 (dez) concluíram com êxito, 04 (quatro) desistiram e 06 (seis) não realizaram o trabalho final de curso.</p> <p>Desta forma, no que tange ao item 1.7.1, segundo os Convênios celebrados, a obrigação da UNIFAP (conveniente), era a coordenação, acompanhamento, orientação e fiscalização das atividades didático-pedagógicas. Coube à Secretaria de Estado da Saúde - Sesa (concedente) assumir todos os compromissos financeiros juntamente com à Fundação Marco Zero (conveniente), a qual foi a gestora administrativo-financeira dos convênios citados, devendo a mesma realizar a devida Prestação de Contas perante a Secretaria de Estado da Saúde.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: PROPLAN

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 46 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	SA 201411185/01 de 09. 10. 2014 SA 201411185/02 de 23. 10. 2014 SA 201411185/03 de 29. 10. 2014	1 a 6 1 1	Of 33937/2014-CGU-Regional/AP de 22. 12. 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Descrição da Recomendação			
<p>SA 201411185/01 de 09. 10. 2014: Nesta SA não houve recomendações e sim solicitação de informações, as quais estão contidas e devidamente respondidas no quadro de “Providências adotadas”.</p> <p>SA 201411185/02 de 23. 10. 2014 Nesta SA não houve recomendações e sim solicitação de informações, as quais estão contidas e devidamente respondidas no quadro de “Providências adotadas”.</p> <p>SA 201411185/03 de 29. 10. 2014: Nesta SA não houve recomendações e sim solicitação de informações, as quais estão contidas e devidamente respondidas no quadro de “Providências adotadas”.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Síntese da Providência Adotada			
<p>SA 201411185/01 de 09. 10. 2014:</p> <p>1) Informar como está estruturada a Unidade de Auditoria Interna dessa Universidade, apresentando os dados a seguir, sem prejuízo de outros casos se entenda necessário:</p> <p>a) Nomes e CPF do (s) Chefe (s) da Auditoria Interna, nomeado no exercício de 2014, e respectivos períodos de atuação: - Alan Santos da Silva, CPF nº 612.604.952-72, período de atuação: de Fev/2014 a Out/2014; - Eliana do Socorro de Brito Paixão, CPF nº 163.621.872-53, período de atuação: a partir de Dez/2014.</p> <p>b) Ato de nomeação do Chefe da Auditoria Interna, nomeado no exercício de 2014: - Alan Santos da Silva – Portaria 162/2014; - Eliana do Socorro de Brito Paixão – Portaria nº 1743/2014.</p> <p>c) Quantidade de servidores lotados na Auditoria Interna (desconsiderar o pessoal de apoio): - de Janeiro a Agosto de 2014, 01 servidor; de Setembro a Dezembro, 03 servidores.</p> <p>d) Quantidade de servidores/colaboradores que prestam apoio à Auditoria Interna: - Não há pessoal de apoio.</p> <p>e) O Chefe da Auditoria Interna e os servidores lotados na AUDINT têm acesso aos serviços corporativos da UNIFAP? Caso positivo informar quais são esses sistemas?</p>			

- Apenas o chefe da auditoria tinha acesso ao SCDP, SPIUNET, SIAFI, SIGU, SIAPE, SIASG, SICAF, COMPRASNET e CGU-PAD. Os demais devido à reestruturação da equipe ter ocorrido somente em setembro de 2014, o cadastramento dos demais servidores encontrava-se em fase de execução. A atual equipe passou a ter acesso aos sistemas elencados a partir de janeiro/2015, exceto ao SIAFI, SCDP, SICAF que estão em fase de liberação.

f) Existe uma estrutura de Auditoria Interna na organização da UNIFAP ou a instituição conta com apenas o cargo de Auditor Interno?

- Sim. No organograma está contemplada a estrutura de Auditoria Interna, mas somente foi estruturada em novembro/2014.

g) A AUDINT possui Regimento Interno? Caso positivo, disponibilizar.

- Sim. O documento foi disponibilizado à CGU à época.

2) Disponibilizar cópia do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT relativo ao exercício de 2014. Informar ainda se houve alteração em relação ao PAINT apresentado à CGU, em 25/11/2013, por meio do Ofício nº 503/2013-REITORIA/UNIFAP.

- A cópia foi disponibilizada como solicitado. Quanto às alterações no PAINT 2014, em face das mudanças ocorridas na AUDINT, incluindo a substituição do chefe da auditoria, em fevereiro/2014, o auditor que a assumiu afirmou que não teve conhecimento se a solicitação de alterações para ajustes no PAINT 2014 foi atendida. Também não soube informar se houve ou não tais alterações.

3) Informar o volume de recursos auditados pela Unidade de Auditoria Interna dessa Entidade e programa/Ação de governo.

- Educação Superior (Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão)

Total do Programa 2032 – R\$ 44.884,155,00; Valor auditado: R\$ 5.184.891,96

- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Total Programa 2109 – R\$ 57.059.483,00; valor auditado: R\$ 44.832.965,00

4) Disponibilizar cópia dos relatórios ou documentos equivalentes das auditorias realizadas pela Unidade de Auditoria Interna dessa Universidade no exercício de 2014, caso tenham sido produzidos, bem como prestar esclarecimentos pelo não encaminhamento destes documentos à CGU-Regional/AP dentro do prazo previsto no art. 8º da IN/CGU nº 07/2006.

Foram desencadeadas três auditorias:

- SA 001/2014 – Gestão de recursos Humanos

Situação: enviado à Reitoria em 15. 10. 2014 para posterior envio à CGU.

- SA 002/2014 Licitações e Contratos

Situação: ficou em fase de finalização

- SA 003/204 – Patrimônio

Situação: auditoria realizada. Aguardando manifestação da área auditada.

Obs.: O relatório decorrente da SA 001/2014 foi enviado à CGU que tem realizado a cobrança da execução das providências recomendadas.

5) Informar as providências adotadas concernentes às recomendações contidas no relatório de Auditoria CGU nº 201315622 (Atuação da AUDINT), encaminhado a essa Universidade por meio do Ofício nº 1.652/2014, de 23 de janeiro de 2014.

- O Relatório de Auditoria CGU nº 201315622 se refere ao desempenho da AUDINT. Foi informado à época que houve substituição do auditor-chefe, reestruturação da equipe, organização dos papéis de trabalho, em conformidade com a legislação que rege os trabalhos de auditoria.

6) Informar qual a rotina adotada para o acompanhamento das recomendações oriundas da CGU e do TCU.

- O auditor-chefe, em outubro/2014, informou à CGU que, não havia, na AUDINT, uma rotina de recebimento e acompanhamento das recomendações oriundas da CGU e do TCU em face do não recebimento de cópias dessas demandas, o que foi solicitado, por ele, á reitoria, por meio do Memorando nº 057/2014-AUDINT de 15. 10. 2014. Segundo ele havia rotina de acompanhamento apenas para as auditorias realizadas pela AUDINT.

SA 201411185/02 de 23. 10. 2014:

1) Informar se a AUDINT está realizando o acompanhamento/monitoramento das determinações contidas no Acórdão 4041/2014 - TCU que determinou à UNIFAP que adotasse providências cabíveis relativas às prestações de contas dos Convênios 003/2010Sesa/AP (Curso de Especialização em família), 006/2010-Sesa/AP (epidemiologia) e 003/2011 – Sesa/AP (Enfermagem Obstétrica), inclusive Tomada de Contas Especial.

- O auditor-chefe à época, em 29 de outubro/2014, informou à CGU que, a partir do Memorando nº 057/2014-AUDINT enviado à reitoria, a AUDINT passou a tomar conhecimento e acompanhar todas as demandas requeridas pelos órgãos de controle interno e externo. No PAINT 2015 foi projetada esta ação de registro e acompanhamento/monitoramento das demandas e já

está em execução.

- Em relação à SA em referência, no dia 29. 10.2014, o auditor-chefe, por meio do Ofício nº 395/2014 – REITORIA/UNIFAP, encaminhou a seguinte resposta à CGU:
“Com relação ao Acórdão nº 4041/2014 – TCU – 1ª Câmara, segundo Ofício nº 3458/2014-SESA de 07/10/2014, a Secretaria de Estado da Saúde, por meio do seu titular Jardel Adailton Souza Nunes, informou que houve prestação de contas dos convênios nº 004/2010 e 006/2010, através dos processos nº 2013/58352 e 2013/58368, respectivamente, sendo ambos com ressalva. Informou ainda, que tais processos foram pré-analisados pela UCCUS e analisados pela Controladoria Geral do Estado, a qual emitiu notificação ao executor sem obter nenhuma resposta até a presente data. Quanto ao convênio 003/2011-SESA, segundo o mesmo documento, temos a informar que, ‘não foi prestado contas, mesmo depois de várias cobranças por meio de ofícios emitidos por esta Secretaria’”.
- Quanto ao repasse dos recursos, questionado na mesma AS o auditor-chefe informou que ao consultar a Pró-Reitoria de Planejamento foi informado que os recursos foram repassados, pelo Governo do Estado, diretamente à Fundação Marco Zero, eximindo a gestão financeira pela UNIFAP nos referidos convênios. Coube à UNIFAP apenas a execução didático-pedagógica.

Estas informações têm sintonia com o relato da Pró-Reitoria de Planejamento, conforme se segue:

“No que concerne a situação do cumprimento do objeto do **Convênio nº 004/2010 – Curso de Especialização em Família**, a Coordenadora do referido curso informa em seu relatório que 45(quarenta e cinco) alunos participaram 15 (quinze) discentes apresentaram seus trabalhos de conclusão de curso, e 06 (seis) alunos desistiram e 24(vinte e quatro) não concluíram o curso.

Com relação ao **Convênio nº 006/2010 - Especialização em Epidemiologia**, segundo a Coordenadora, o curso iniciou no 1º semestre de 2011, com 30(trinta) alunos, sendo que 23(vinte e três) concluíram o curso e 07(sete) desistiram.

Quanto ao **Convênio nº 003/2011 - Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica**, a Coordenadora informou que foram selecionados 20 alunos para cursar o referido curso, dentre estes 10 (dez) concluíram com êxito, 04 (quatro) desistiram e 06 (seis) não realizaram o trabalho final de curso.

Desta forma, no que tange ao item 1.7.1, segundo os Convênios celebrados, a obrigação da **UNIFAP** (conveniente), era a coordenação, acompanhamento, orientação e fiscalização das atividades didático-pedagógicas. Coube à Secretaria de Estado da Saúde - **Sesa** (concedente) assumir todos os compromissos financeiros juntamente com à **Fundação Marco Zero** (conveniente), a qual foi a gestora administrativo-financeira dos convênios citados, devendo a mesma realizar a devida Prestação de Contas perante a Secretaria de Estado da Saúde.”

SA 201411185/03 de 29. 10. 2014:

1) Com o objetivo de verificar a efetividade na implementação das recomendações emitidas por essa AUDINT contidas no Relatório de Auditoria nº 01/2014 (Auditoria de Gestão de Recursos Humanos), solicitamos informar se já foi elaborado o Plano de Providências Permanente com vistas ao monitoramento das recomendações. Solicitamos, ainda, o preenchimento do quadro a seguir:

- A AUDINT está realizando o acompanhamento. Até dezembro de 2014 nenhuma providência tomada foi informada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Em 13. 01. 2015, por meio do Memo Nº 015/2015 – PROGEP/UNIFAP, a citada Pró-reitoria solicitou dilação de prazo de 60 dias para efetivação dessas recomendações. Em 06. 04. 2015, a AUDINT por meio do Memo 019/2015 – AUDINT/UNIFAP, notificou a Pró-reitoria em questão e reiterou a solicitação de informações acerca do cumprimento das recomendações contidas no Relatório de Auditoria nº 01/2014, tendo em vista que o prazo expirou em 13 de março de 2015.

A planilha de acompanhamento segue em anexo.

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes ao Final do Exercício

Quadro 47 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	2.1.1.1 Constatação	Recomendação 2	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº. 201203083

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	1710
Descrição da Recomendação	
Implementar rotinas de controle de gestão dos bens imóveis, promovendo periodicamente análises sobre a consistência das informações constantes dos sistemas corporativos à disposição da UNIFAP.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A Gestão realizou a mudança na função gratificada do responsável pela unidade, fez a lotação de mais um servidor , sendo que este entrou em efetivo exercício e logo após solicitou sua vacância , em decorrência de posse em outro cargo inacumulável. Concedeu curso de capacitação tanto para os servidores do Setor de Patrimônio, quanto para os da Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura, que irão fazer a avaliação dos imóveis e lançamento no sistema SPIUNET.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Lotação de nova servidora no Setor de Patrimônio e Transição de Gestão no Órgão.	
Fonte: PROAD	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	4.1.4.5 Constatação	Recomendação 1	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº. 201203083
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação			
Apurar a responsabilidade de quem deu causa a falha apontada, aplicando as sanções cabíveis aos responsáveis.			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Síntese da Providência Adotada			
Abertura de Processo de Sindicância de nº. 23125.003617/2011-37.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Comissão de Sindicância concluiu o processo, a qual sugeriu o desmembramento, sendo acatado pela Administração que providenciou a abertura dos Processos de Sindicância de nº. 23125.2507/2013-10 e 23125.002514/2013-11, sendo solicitado o arquivamento dos mesmos pela autoridade máxima do órgão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Abertura de novos Processos de Sindicância e seus respectivos arquivamentos.			
Fonte: PROAD			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	4.1.4.5 Constatação	Recomendações 2 e 3	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº. 201203083
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Recomendação			
Apurar a diferença entre o valor do serviço licitado e pago e o valor do efetivamente executado, com vistas a ressarcir o Erário dos valores pagos indevidamente à empresa contratada remeter a CGU o resultado da sindicância.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Síntese da Providência Adotada			
Durante a execução do Contrato foi ajustada a planilha, não sendo necessário o ressarcimento pela Empresa. Foi realizada ainda, a abertura do Processo de Sindicância de nº. 23125.003617/2011-37 e remetido o seu resultado à CGU através do Ofício nº. 041/2013-PROAP/UNIFAP, de 15 de julho de 2013..			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendimento à recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Tendo em vista que o Contrato ainda estava vigente, foi feito o ajuste da planilha não sendo necessário o ressarcimento pela Empresa.			

Fonte: PROAD

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	4.1.4.8 Constatação	Recomendação 1	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº. 201203083
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Recomendação			
Promover o levantamento dos valores pagos à empresa contratada, cotejando-os com aqueles constantes na planilha de preços inserida no processo 23125.004066/2008-96, objetivando a execução financeira do Contrato 05/2011 aos preços efetivamente pactuados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Síntese da Providência Adotada
Durante a execução do Contrato foi realizado esse levantamento e feito o ajuste da planilha.
Síntese dos Resultados Obtidos
Atendimento da recomendação.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Demora no atendimento da recomendação, face à conclusão do Processo de Sindicância de nº. 23125.003617/2011-37, pois a Administração optou em realizar o atendimento da recomendação, somente após ao término do referido processo, para que assim não houvesse vícios nos procedimentos adotados.
Fonte: PROAD

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	4.1.4.8 Constatação	Recomendação 2	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº. 201203083
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Recomendação			
Apurar a responsabilidade de quem deu causa à irregularidade apontada, tomando as providências cabíveis ao caso.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Síntese da Providência Adotada			
Abertura de Processo de Sindicância de nº. 23125.003617/2011-37.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Comissão de Sindicância concluiu o processo, a qual sugeriu o desmembramento, sendo acatado pela Administração que providenciou a abertura dos Processos de Sindicância de nº. 23125.2507/2013-10 e 23125.002514/2013-11, sendo solicitado pela autoridade máxima do órgão o arquivamento dos mesmos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Abertura de novos Processos de Sindicância e seus respectivos arquivamentos.			
Fonte: PROAD			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

6	4.1.4.10 Constatação	Recomendação 1	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº. 201203083
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Recomendação			
Fazer o levantamento minucioso dos serviços já prestados e pagos à empresa contratada, cotejando a execução física com a financeira, visando detectar outros serviços que tenham sido pagos e não executados, tomando as medidas necessárias de ressarcimento ao Erário, caso necessário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Síntese da Providência Adotada			
Tendo em vista que o Contrato estava vigente foi realizado o levantamento e ajuste na planilha de serviços, sem necessidade de ressarcimento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendimento à Recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Demora no atendimento da recomendação, face à conclusão do Processo de Sindicância de nº. 23125.003617/2011-37, pois a Administração optou em realizar o atendimento da recomendação somente após término do referido processo, para que assim não houvesse vícios nos procedimentos adotados.			
Fonte: PROAD			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	4.1.4.10 Constatação	Recomendação 2	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº. 201203083
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Recomendação			
Apurar a responsabilidade de quem deu causa à irregularidade, tomando as medidas cabíveis ao caso.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO			
Síntese da Providência Adotada			
Abertura do Processo de Sindicância de nº. 23125.003617/2011-37.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Comissão de Sindicância concluiu o processo, a qual sugeriu o desmembramento, sendo acatado pela Administração que providenciou a abertura dos Processos de Sindicância de nº. 23125.2507/2013-10 e 23125.002514/2013-11, sendo solicitado pela autoridade máxima do órgão o arquivamento dos mesmos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Abertura de novos Processos de Sindicância e seus respectivos arquivamentos.

Fonte: PROAD

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201410533/09	7 a 10	Of. 2.662/2015 de 05.12.2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			
Descrição da Recomendação			
<u>201410533/09 DE 05/12/2014 reiterada através do ofício 2.662/2015 de 05/02/2015</u>			
<u>Constatações pela CGU:</u>			
1 - Ausência de normatização de critérios para alteração do regime de trabalho de 20h ou de 40h sem DE;			
2 - Adoção no curso de Medicina, de carga horária de 40h semanais;			
<u>Recomendação:</u> Estabelecer mediante aprovação do seu colegiado superior competente, as áreas com características específicas que poderão adotar o regime de 40 horas semanais de trabalho.			
<u>Providência:</u> (Of. 060/2015 de 23/01/2015 - Reitoria) - No que tange ao item "Atuação dos docentes no Ensino, na Pesquisa e na Extensão", as ausências de normatização quanto à alteração de regime de trabalho na forma do Art.20,§1 ° da Lei 12.772/2012, informamos que, embora haja uma minuta em processo na Câmara de Legislação e Norma, esta será rediscutida e atualizada de acordo com a Lei vigente e apreciada para aprovação no Conselho Universitário.			
<u>Prazo para solução:</u> Solicitado dilação de prazo de 180 dias. A CGU concedeu prazo até 06. 05. 2015 (Ofício nº 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27. 03. 2015).			
3 - Ausência de normatização adequada, na forma do art. 10 da Portaria nº 475/87 – MEC;			
<u>Recomendação:</u> Estabelecer em regulamento os limites mínimo e máximos de carga horária de aulas, segundo os regimes de trabalho, observadas as naturezas e a diversidade de encargos.			
<u>Providência:</u> (Of. 060/2015 de 23/01/2015 - Reitoria) No que concerne as ausências de normatização pelo Conselho Superior do art. 10 da Portaria do MEC nO. 475/87, de fato a IFES encontra-se com diversas normas ora desatualizadas, ora bastante frágeis, ora sem ainda existirem. Para sanar tais lacunas; tão logo tomamos posse, verificamos que nosso Conselho Universitário (CONSU) encontrava-se em desacordo com o Regimento e Estatuto Geral, gerando fragilidade e insegurança jurídica das ações desta casa, sendo um dos impeditivos das atualizações e' criações de regras. Em face disso, passou-se por um processo de recondução de seus membros e, em seguida, alteração de um dos artigos do Estatuto e Regimento atuais, para ter, minimamente, segurança jurídica, então fragilizada, e assim encaminhada ao Ministério da Educação.			
<u>Prazo para solução:</u> Solicitado dilação de prazo de 180 dias. A CGU concedeu prazo até 06. 05. 2015 (Ofício nº 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27. 03. 2015).			
4 - A UNIFAP não possui regulamentação geral referente à destinação de créditos curriculares em ações de extensão, objetivando atingir a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação;			
<u>Recomendação:</u> Estabelecer em normativo previsão com vistas a assegurar, no mínimo 10%, do total de créditos curriculares exigidos para graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente para áreas de grande pertinência social (estratégia 12.7da meta 12 da Lei nº. 13.005/2014).			
<u>Providência:</u> (Of. 060/2015 de 23/01/2015- Reitoria) - Com tais ações, entendemos que poderemos instalar a estatuinte, para discutir e construir um novo estatuto, bem como a escritura de um novo Projeto de desenvolvimento Institucional (PDI), além do novo regimento Geral. Entendemos, pautados em orientações jurídicas, que somente com essas ações poderemos dar todos os demais encaminhamentos de normatizações 'da IFES.			
<u>Prazo para solução:</u> Solicitado dilação de prazo de 180 dias. A CGU concedeu prazo até 06. 05. 2015 (Ofício nº 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27. 03. 2015).			
<u>Constações 2, 5, 6 e 8:</u>			
2 - Adoção no curso de Medicina, de carga horária de 40h semanais;			

5 - Fragilidade no acompanhamento das atividades dos docentes relacionados ao ensino, pesquisa e extensão e inexistência de controle institucionalizado para consolidação e integração das informações;

6 - Ausência de políticas, diretrizes e de critérios para estabelecimento da distribuição, acompanhamento e avaliação da carga horária dos docentes na graduação, pós-graduação "latu sensu" pós-graduação "stricto sensu";

Constatação de nº 7 - Ausência de indicadores institucionalizados de ensino, pesquisa e extensão;

Recomendação: Instituição de indicadores de desempenho referentes ao Ensino, Pesquisa e Extensão.

8 - Descumprimento da carga horária mínima de 8 horas semanais de aulas em desacordo com o art. 10 da Portaria n.º 475/87 do MEC e art. 57 da Lei n.º 9.394/96.

Recomendação: Instruir os docentes quanto a adequada distribuição de carga horária e correto preenchimento do PAID (p.ex. criar um manual de instrução de preenchimento de PAID resumo dos principais dispositivos legais a serem observados).

Providência: (Of. 060/2015 de 23/01/2015 - Reitoria) - Quanto a alguns casos de descumprimento da carga horária detectados, tomamos por primeira providência: ampliar a auditoria em todos os cursos, para investigar demais outras situações existentes. Ademais, construímos uma planilha de cálculo para examinar número de docentes por curso em relação a carga horária total de cada curso, medindo assim a força de trabalho de modo a otimizá-la e propor melhor distribuição dentro desses cursos, no tripé ensino, pesquisa e extensão. Isso auxiliará ainda na construção mais segura das normas e estratégias de acompanhamento e monitoramento das atividades docentes.

Prazo para solução: Solicitado dilação de prazo de 180 dias. A CGU concedeu prazo até 06. 05. 2015 (Ofício nº 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27. 03. 2015).

9 - Ausência de comprovação de efetivo exercício da docência por professor do colegiado da engenharia civil;

Recomendação: Apurar responsabilidade do docente ***.812.722-** por ausentar-se do serviço sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Providência: (Of. 229/2015 de 20/03/2015 - Reitoria) - No que diz respeito ao caso específico, demonstramos providências da Pró-reitoria de Graduação. A Coordenação de Ensino - COEG, antes de abrir Processo Administrativo Disciplinar solicitou justificativas acerca dos fatos, tanto por parte do professor, como por parte da Coordenação do Curso. Verificou-se que o professor ministrou uma das disciplinas que deveria ter ministrado, no decorrer do semestre, conforme diário. No entanto, considerando alguns descompassos em relação às justificativas do professor e das coordenações envolvidas, o caso será submetido a uma sindicância para apuração e, conseqüentemente, Processo Disciplinar.

Prazo para solução: Solicitado dilação de prazo de 180 dias. A CGU concedeu prazo até 06. 05. 2015 (Ofício nº 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27. 03. 2015).

Constatação de nº 10 - Inexistência de contrato de seguro contra acidentes pessoais vigente, prejudicando atividades no curso de Medicina e o estágio pela Unifap;

Recomendação: Providenciar seguro contra acidentes pessoais a fim de que os alunos de Medicina possam exercer as atividades de campo, bem como os estagiários da UNIFAP possam exercer suas atividades acautelados, em observância a Lei 11.788/2008, Art. 9º, inc. IV, parágrafo único.

Descrição das recomendações:

Recomendação relativas às constatações 1 e 2: Estabelecer mediante aprovação do seu colegiado superior competente, as áreas com características específicas que poderão adotar o regime de 40 horas semanais de trabalho.

Recomendação relativa à constatação 3: Estabelecer em regulamento os limites mínimo e máximos de carga horária de aulas, segundo os regimes de trabalho, observadas as naturezas e a diversidade de encargos.

Recomendação relativa à constatação 4: Estabelecer em normativo previsão com vistas a assegurar, no mínimo 10%, do total de créditos curriculares exigidos para graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente para áreas de grande pertinência social (estratégia 12.7 da meta 12 da Lei nº. 13.005/2014).

Recomendação relativa às constatações 2, 5, 6 e 8: Instruir os docentes quanto a adequada distribuição de carga horária e correto preenchimento do PAID (p.ex. criar um manual de instrução de preenchimento de PAID resumo dos principais dispositivos legais a serem observados).

Recomendação relativa à constatação 9: Apurar responsabilidade do docente ***.812.722-** por ausentar-se do serviço sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Reitoria	26286

Justificativa para o seu não Cumprimento

Justificativas:

Recomendação relativa às constatações 1 e 2:

Embora haja uma minuta em processo na Câmara de Legislação e Norma, esta será rediscutida e atualizada de acordo com a Lei

vigente e apreciada para aprovação no Conselho Universitário.(Of. 060/2015 de 23/01/2015 - Reitoria).

Prazo para solução: Solicitado dilação de prazo de 180 dias. A CGU concedeu prazo até 06. 05. 2015 (Ofício nº 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27. 03. 2015).

Recomendação relativa à constatações 3:

Para sanar tais lacunas; após a posse das atuais gestoras, verificou-se que o Conselho Universitário (CONSU) encontrava-se em desacordo com o Regimento e Estatuto Geral, gerando fragilidade e insegurança jurídica das ações da UNIFAP, sendo um dos impeditivos das atualizações e criações de regras. Em face disso, passou-se por um processo de recondução de seus membros e, em seguida, alteração de um dos artigos do Estatuto e Regimento atuais, para ter, minimamente, segurança jurídica, então fragilizada, e assim encaminhada ao Ministério da Educação(Of. 060/2015 de 23/01/2015 - Reitoria).

Prazo para solução: Solicitado dilação de prazo de 180 dias. A CGU concedeu prazo até 06. 05. 2015 (Ofício nº 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27. 03. 2015).

Recomendação relativa à constatação 4:

Instalou-se a estatuinte para discutir e construir um novo estatuto, bem como a escritura de um novo Projeto de desenvolvimento Institucional (PDI), além do novo regimento Geral. Entendemos, pautados em orientações jurídicas, que somente com essas ações poderemos dar todos os demais encaminhamentos de normatizações 'da IFES(Of. 060/2015 de 23/01/2015- Reitoria).

Prazo para solução: Solicitado dilação de prazo de 180 dias. A CGU concedeu prazo até 06. 05. 2015 (Ofício nº 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27. 03. 2015).

Recomendações relativas às constatações 2, 5, 6 e 8:

Recomendações parcialmente resolvidas, porém, há a necessidade de atualização das normas e estratégias de acompanhamento e monitoramento das atividades docentes(Of. 060/2015 de 23/01/2015 - Reitoria).

Prazo para solução: Solicitado dilação de prazo de 180 dias. A CGU concedeu prazo até 06. 05. 2015 (Ofício nº 7.068/2015/CGU).

-Regional/AP de 27. 03. 2015).

Recomendação relativa à 7: Constatação respondida através do Memo 058/2015 Proplan de 18/03/2015 anexo ao Of. 229/2015 - Reitoria de 20/03/2015.

Segundo a Pró-Reitoria de Planejamento, a instituição apresentou no Relatório de Gestão do exercício de 2013 (UNIFAP, 2014) os indicadores de desempenho para os anos de 2009 a 2013 normatizados pela Decisão TCU nº 408/2002 (em anexo, páginas 110 e 111).

Diversas informações sobre Ensino, Pesquisa e Extensão estão registradas no Relatório de Gestão 2013, no entanto, a sua apresentação não se deu por meio de Indicador. Por exemplo, sobre ensino de Graduação, nas páginas 28 e 29, são apresentados: número de novos cursos por *campus*; número de novas vagas; número de processos seletivos; número de alunos matriculados; número de concluintes; total de cursos de educação continuada e a distância. Quanto a Pós-graduação, na página 29, encontram-se: número de matriculados; número de programas; e, número de dissertações e teses defendidas. Sobre pesquisa, na página 29, constam: número de grupo de pesquisa; número de projetos de pesquisa; e, número de bolsistas. Sobre extensão, na página 29, registram-se: número de editais de ações de extensão; número de programas; número de projetos; número de cursos de curta e média duração; número de eventos; número de auxílios alimentação, moradia, fotocópia, planos de saúde/odontológico e transporte.

Em 2014 ocorreu a elaboração, criação e alimentação do portal UNIFAP EM NÚMEROS pelo Departamento de Informações Institucionais e Estatísticas vinculado a Pró-Reitoria de Planejamento no endereço www2.unifap.br/numeros. Esta página conterá dados estatísticos sobre o desempenho da Instituição relacionado ao ensino, pesquisa e extensão e outras informações referentes a esta IFES e tem como objetivo contribuir para a ampliação da transparência fundamentada na lei 12.527/2011 e aperfeiçoamento da gestão universitária. Servirá, ainda, de subsídio para a elaboração, concepção e institucionalização do ANUÁRIO ESTATÍSTICO UNIFAP, o qual contemplará informações estatísticas demográficas e acadêmicas da UNIFAP, com o propósito, também, de auxiliar no gerenciamento e planejamento de suas atividades. A primeira edição do Anuário Estatístico UNIFAP 2015 (Ano Base 2014) está programada para o ano de 2015.

A UNIFAP entende a importância de criar indicadores operacionais e tomará as providências para implementá-los no seu âmbito.

Prazo para solução: Solicitado dilação de prazo de 180 dias. A CGU concedeu prazo até 06. 05. 2015 (Ofício nº 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27. 03. 2015).

Recomendação relativa à constatação 9: Considerando alguns descompassos em relação às justificativas do professor e das coordenações envolvidas, o caso será submetido a uma sindicância para apuração e, conseqüentemente, Processo Disciplinar(Of. 229/2015 de 20/03/2015 - Reitoria).

Prazo para solução: Solicitado dilação de prazo de 180 dias. A CGU concedeu prazo até 06. 05. 2015 (Ofício nº 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27. 03. 2015).

Recomendação relativa à constatação 10: Contrato seguro, conforme Apólice 0982.00.10403.365-5, com vigência de 30. 11. 2014 a 30. 05. 2015(Memo Circular 001/2015 - Proad anexo ao Of. 229/2015 - Reitoria de 20/03/2015).

Prazo para solução: Solicitado dilação de prazo de 180 dias. A CGU concedeu prazo até 06. 05. 2015 (Ofício nº 7.068/2015/CGU-Regional/AP de 27. 03. 2015).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fonte: AUDINT

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro 48 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	02	01	03
	Entregaram a DBR	02	01	03
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	134	113	247
	Entregaram a DBR	134	113	247
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: PROGEP

11.4 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro 49 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, **REGINA SCHINDA**, CPF nº 491.626.759-15, (**Chefe da Divisão de Contratos**), exercido na **Fundação Universidade Federal do Amapá**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 30 de Janeiro de 2015.

Regina Schinda
CPF Nº 491.626.759-15 C
Chefe da Divisão de Contratos/UNIFAP

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Declaração com Ressalva

Quadro 50 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Fundação Universidade Federal do Amapá		154215	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) 1.4.0.0.00.00 - Ativo Permanente 1.4.2.0.00.00 - Imobilizado 1.4.2.9.00.00 – Depreciações, Amortizações e Exaustões - não foram realizados os registros de lançamentos das depreciações por falta de informações por parte do Setor de Patrimônio.</p> <p>b) 1.1.2.4.0.00.00 – Adiantamento Concedido 1.1.2.4.2.00.00– Adiantamento a Pessoal 1.1.2.4.2.01.00- 13 Salários – Adiantamento - os valores adiantados nos meses de dezembro/2013, janeiro a outubro/2014 não condizem com os valores baixados nos meses de novembro e dezembro/2014. 1.1.2.4.2.02.00 – 1/3 de Férias – Adiantamento de Férias Antecipadas – não foi lançado o registro de baixa do valor de R\$3.290,46 (três mil e duzentos e noventa reais e quarenta e seis centavos) referente Férias Pagamento Antecipados, por falta de informações nos Processos de Folha de Pagamento – Demonstrativos de Despesas de Pessoal – DDP. Encaminhados Memorandos 152 e 174/DEFIN para Pró Reitoria de Gestão de Pessoas, solicitando informações para as regularizações das referidas situações.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Macapá(AP)	Data	09/03/2015
Contador Responsável	Maria do Socorro Barbosa Vieira Monteiro	CRC n°	AP-001621/O-4

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

PARTE B, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.**13 Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores**

Este capítulo apresenta os indicadores de desempenho da UNIFAP, calculados a partir das orientações contida na parte II da portaria nº 90/2014, objetivando avaliar o desempenho operacional da Instituição no período de 2010/2014, através de 12 (doze) indicadores que abordam custo corrente, alunos, professores e funcionários, em instituição com hospital, e sem hospital universitário.

Quadro 51 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	108.740.783,36	86.133.929,68	62.284.841,71	54.389.147,28	45.141.739,59
Número de Professores Equivalentes	401	398	274	254	236,5
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	564,25	404,5	310	296	258,75
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	5.166,00	4.558,50	4.380	4.335	5.039
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	176	228	241	190	253
Alunos de Residência Médica (AR)	28	43	-	-	-
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	3.419,77	3.843,12	3.620,09	3.579,06	3.600,10
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	2.549,40	2.870,81	2.816,83	2.779,94	2.722,27
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	352,00	456	482	380	506
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	56,00	86	-	-	-

Fonte: DEFIN/PROPLAN/DERCA/DPG

A UNIFAP está inserida nas instituições sem hospital universitário, assim sendo, serão apresentados, apenas 09 (nove) indicadores, conforme a seguir:

Quadro 52 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	28.408,39	19.642,32	15.183,68	13.737,89	10.993,82
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	7,38	8,57	12,04	12,44	13,65
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	5,24	8,44	10,64	10,68	12,48
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,41	1,02	1,13	1,17	1,09
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,49	0,63	0,64	0,64	0,54
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,03	0,05	0,05	0,04	0,05
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,33	3,33	1,06	1,06	1,06
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,28	3,22	3,29	2,94	3,06
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,45	0,50	0,62	0,62	0,62

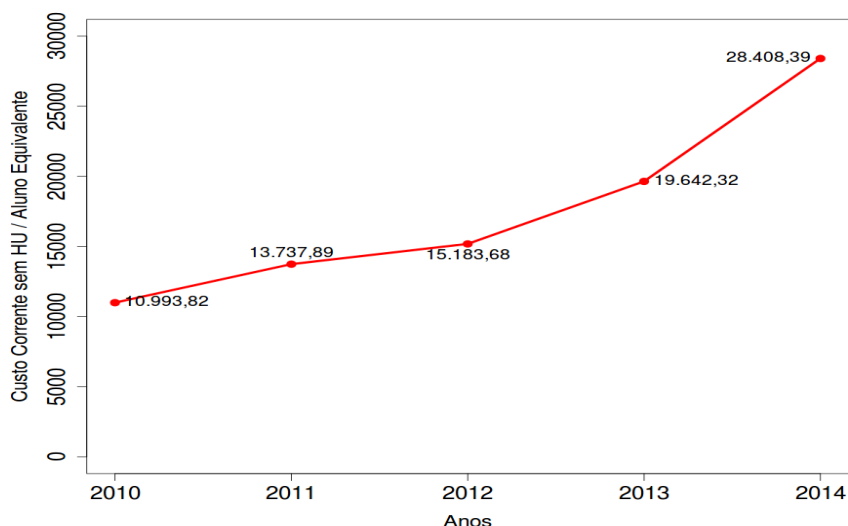
Fonte: DEFIN/PROPLAN/DERCA/DPG

Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente: Este é um indicador que mede os custos das atividades correntes (manutenção e funcionamento), excluindo as despesas com aposentadorias, pensões, sentenças judiciais e as despesas com servidores afastados ou cedidos, por aluno de graduação matriculado na instituição, conforme equação (1). Ao analisar os dados do gráfico nº 8, observa-se que este indicador apresenta crescimento gradativo no período de 2010/2014. Este crescimento é fruto do aumento dos

recursos com pessoal (docentes e funcionários), por conta do ingresso de novos servidores no quadro da universidade, bem como a expansão da universidade que elevou o número de alunos matriculados, através da oferta de novos cursos.

$$\frac{\text{Custo Corrente sem HU}}{\text{AGE} + \text{APGTI} + \text{ARTI}} = \frac{108.740.783,36}{3.419,77 + 352 + 56} = 28.408,39 \quad (1)$$

Gráfico 8 - Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente no período de 2010/2014



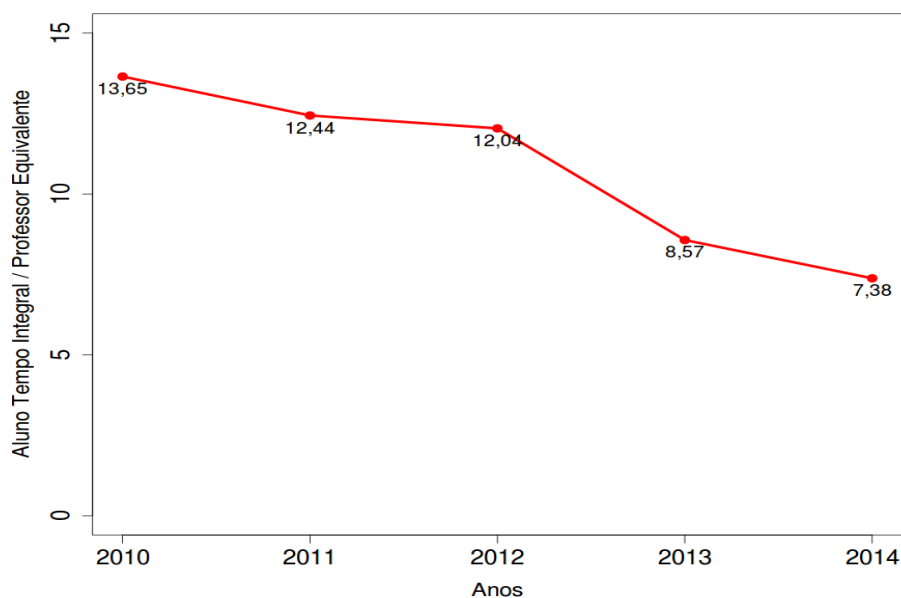
Fonte: Fonte: DEFIN/PROPLAN/DERCA/DPG

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente: Este indicador estabelece o quantitativo de alunos atendidos por professor em efetividade. Este indicador é calculado a partir do quantitativo de alunos da graduação, pós-graduação e residência médica sobre o quantitativo de professores em efetivo exercício no ensino superior (graduação, pós-graduação *stricto sensu* e residência médica), inclusive os ocupantes de cargos comissionados na Universidade, substitutos e visitantes e que atuam em regime de 20 horas, 40 horas e dedicação exclusiva. Não entram neste cálculo os professores afastados para capacitação e cedidos para outros órgãos ou para cargo eletivo.

Analisando os dados do quadro 51, observa-se que este indicador apresenta decréscimo na ordem de 6,27 em relação ao ano de 2010, por conta dos concursos públicos que ocorreram para o magistério superior no referido período, haja vista que em 2010, registrava-se 236 professores, enquanto que esse número passou para 401, em 2014, com isso a relação Aluno Tempo Integral por Professor Equivalente caiu para 7,38, conforme equação (2).

$$\frac{\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}}{\text{ProfessoresEquivalentes}} = \frac{2.549,40 + 352 + 56}{401} = 7,38 \quad (2)$$

Gráfico 9 - Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente no período de 2010/2014

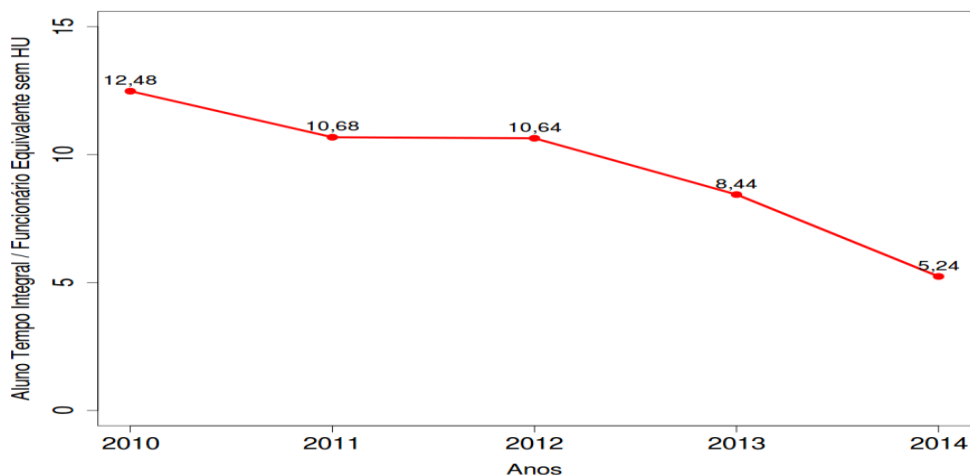


Fonte: DEFIN/PROPLAN/DERCA/DPG

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU: Este indicador mede a relação entre os alunos da universidade por funcionários em atividade administrativa, inclusive os terceirizados (limpeza, vigilância, etc), excluindo os servidores afastado para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos. Esta relação em 2014, conforme equação (3) apresenta 5,24 alunos por funcionário. Essa relação apresenta decréscimo na ordem de 7,24 em relação ao ano de 2010, por conta dos concursos públicos que ocorreram para o cargo de técnico administrativo no referido período, pois em 2010, registrou-se 258,75 funcionários, enquanto que esse número passou para 564,25, em 2014.

$$\frac{AGTI + APGTI + ARTI}{\text{Funcionários Equivalentes sem HU}} = \frac{2.549,40 + 352 + 56}{564,25} = 5,24 \quad (3)$$

Gráfico 10 - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU no período de 2010/2014

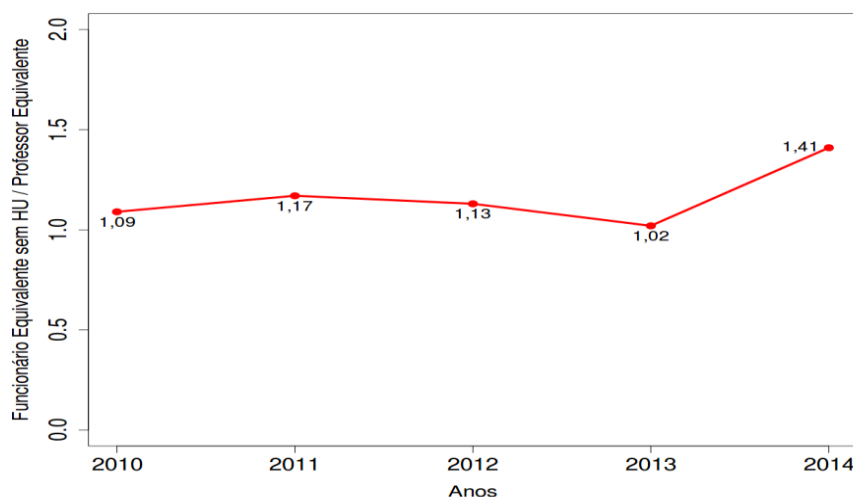


Fonte: DEFIN/PROPLAN/DERCA/DPG

Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente: Este indicador retrata o número de funcionários por um determinado quantitativo de professores. Observa-se que houve um acréscimo de 0,68 pontos na referida relação no período de 2010/2014, haja vista que em 2010, esta relação era de 1,09 pontos, e 2014 de 1,41, conforme equação (4)

$$\frac{\text{Funcionários Equivalentes sem HU}}{\text{Professores Equivalentes}} = \frac{564,25}{401} = 1,41 \quad (4)$$

Gráfico 11 – Funcionário Equivalente sem HU/professor Equivalente no período de 2010/2014

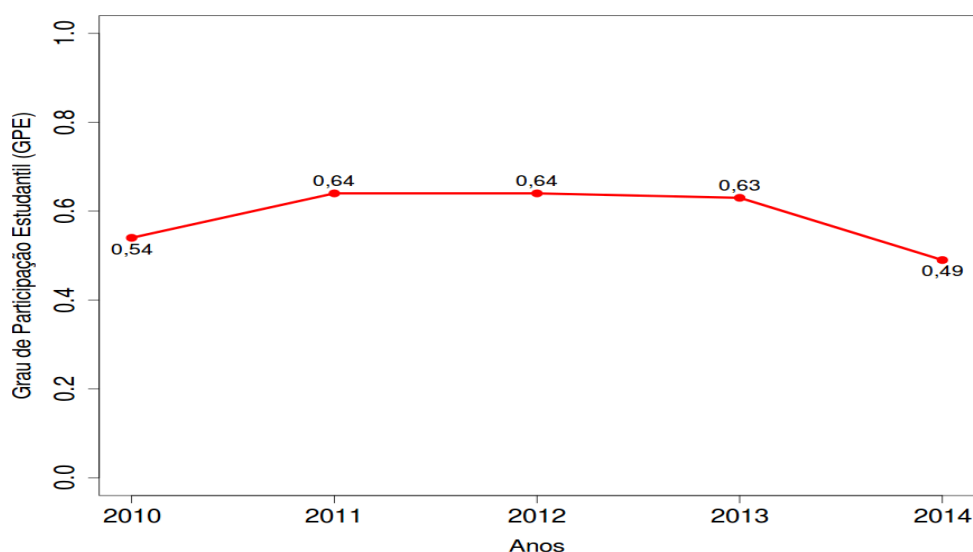


Fonte: DEFIN/PROPLAN/DERCA/DPG

Grau de Participação Estudantil (GPE): Este indicador mede o grau em que os alunos utilizam da capacidade disponibilizada pela IFES e o tempo de integralização curricular. O gráfico nº 12 apresenta o grau de participação estudantil no período de 2010/2014. É possível constatar através da equação (5) que em 2014 o grau de participação atingiu 0,49 pontos, portanto, registrando uma queda de 0,14 pontos no grau de participação estudantil em relação a 2013, por conta da diminuição de concluintes.

$$GPE = \frac{AGTI}{AG} = \frac{2.549,40}{5.166,00} = 0,49 \quad (5)$$

Gráfico 12 – Grau de Participação Estudantil no período de 2010/2014

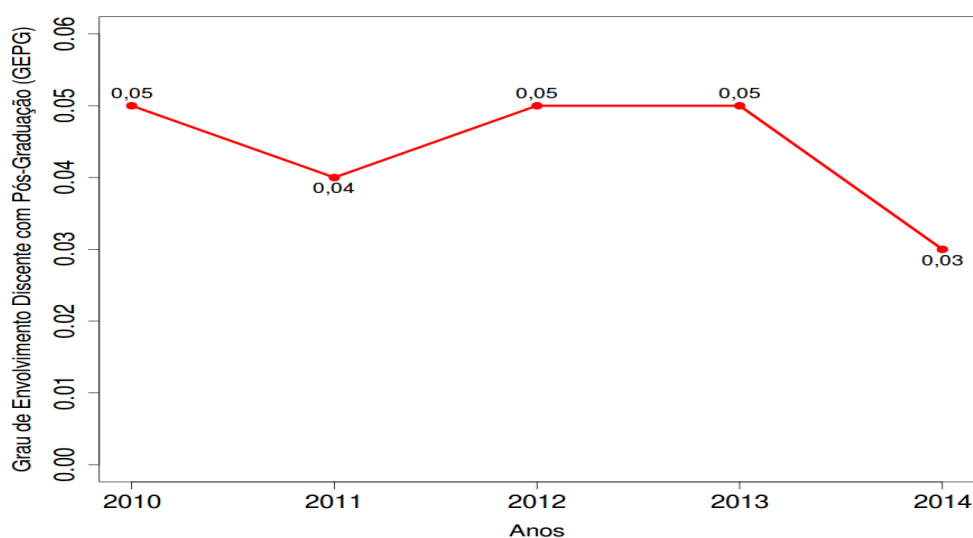


Fonte: DEFIN/PROPLAN/DERCA/DPG

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG): Este indicador mede a relação entre a quantidade de alunos de pós-graduação pelo total de alunos (graduação e pós-graduação). No período de 2010/2014 é possível observar no quadro 00, que o número de alunos da graduação cresceu, enquanto que o da pós-graduação decresceu, com isso houve um decréscimo de 0,02 pontos na referida relação de 2013 para 2014. Este dado é constatado através da equação (6) que em 2014 apresentou uma relação de 0,03, enquanto que em 2013 foi de 0,05.

$$GEPG = \frac{APG}{AG + APG} = \frac{176}{5166 + 176} = 0,03 \quad (6)$$

Gráfico 13 – Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação no período de 2010/2014

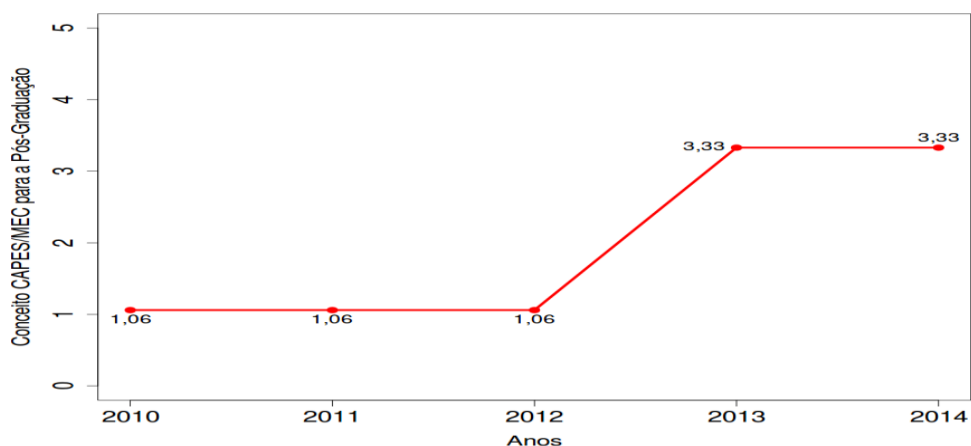


Fonte: DERCA/DPG

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação: Este indicador mede a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* com base na metodologia da CAPES que corresponde a média do conceito de todos os programas credenciados. Pela equação (7) pode-se constatar que o conceito permaneceu o mesmo de 2013, ou seja, 3,33, conforme gráfico nº 14.

$$\frac{\sum \text{conceitodetodososprogramasdepós - grad.}}{N^{\circ} \text{deprogramasdepós - grad.}} = \frac{20}{6} = 3,33 \quad (7)$$

Gráfico 14 – Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação no período de 2010/2014

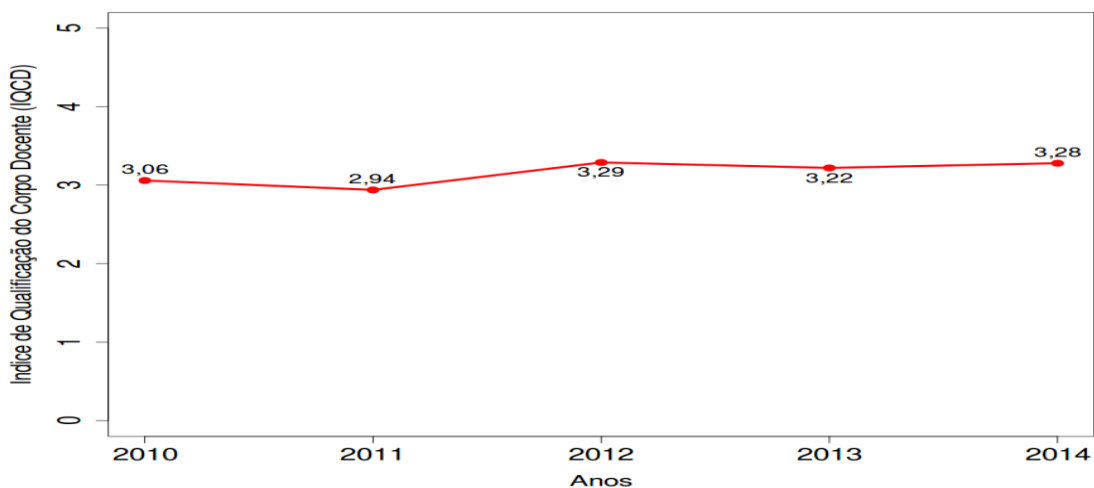


Fonte: DPG

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD): Este índice retrata o grau de qualificação do corpo de docentes de acordo com as titulações de professores doutores, mestres, especialistas e graduados, com pesos 5, 3, 2 e 1, respectivamente, para cálculo da média ponderada. A equação (8) aponta o índice de 3,28 em 2014, registrando um aumento de 0,04 em relação a 2013, conforme gráfico nº 15.

$$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G} = \frac{5 * 137 + 3 * 210 + 2 * 112 + 15}{137 + 210 + 112 + 15} = \frac{1554}{474} = 3,28 \quad (8)$$

Gráfico 15 - Índice de Qualificação do Corpo Docente no período de 2010/2014

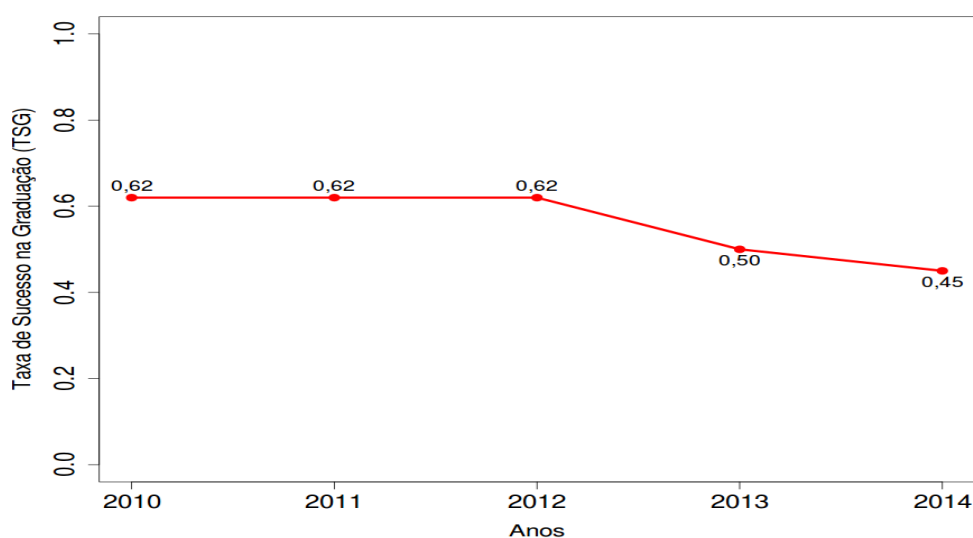


Fonte: PROGEP

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG): Este indicador mede o grau de sucesso dos alunos da graduação a partir do número de diplomados sobre o total de ingressantes. Analisando os dados contidos no gráfico nº 16, observa-se que esta taxa apresentou um pequeno decréscimo de 0,5 em relação a 2013, haja vista que em 2014 essa taxa atingiu 0,45 pontos, conforme equação (9), enquanto em 2013 foi de 50,00 pontos.

$$TSG = \frac{NDI}{NI} = \frac{421}{941} = 0,45 \quad (9)$$

Gráfico 16 – Taxa de Sucesso na Graduação no período de 2010/2014



Fonte:DERCA

14 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Quadro 53 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Valores em R\$ 1,00

Fundação de Apoio													
Nome: Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA)										CNPJ: 01.821.471/0001-23			
Projeto		Instrumento Contratual											
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Contrato				Convênio					
				Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
1	2	16/2012	Executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução do Projeto Estudos orientados de revisão, análise, sistematização de informações científicas e publicação na área de medicamentos e insumos para o Sistema Único de Saúde – SUS, no que concerne a pagamento de despesas decorrentes de prestação de serviços por pessoas jurídicas – Geração de publicações técnico - científicas na área de medicamentos e insumos estratégicos para o SUS com recursos descentralizados pela Nota de Movimentação de Crédito nº 2012NC400401 – Fundo Nacional de Saúde	13/11/2012	31/12/2014	658.732,00	540.228,87						
2	1	20/2012	Dar apoio aos projetos de ensino do Curso de Pós - Graduação em Gestão Escolar para gestores de escolas públicas - 3ª (terceira) turma, Projeto Pro - Letramento e Pró - Letramento – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, ofertados pela UNIFAP no que concerne à gestão administrativa e	21/11/2012	31/12/2014	314.292,00	299.208,40						

			financeira, com recursos alocados na Ação programática 2030. 20RJ.										
3	2	23/2012	Executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - PRÓ - SAÚDE tem como objetivo a construção ou aprofundamento da integração pesquisa -ensino - serviço, visando à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integral do processo saúde -doença com ênfase na atenção básica, com recursos descentralizados pela Nota de Movimentação de Crédito nº 2012NC400052- FNS	21/11/2012	31/12/2014	143.400,00	143.400,00						
4	2	31/2013	Constitui objeto deste instrumento a contratação da FUNPEA com a finalidade de prestar o serviço de pagamento de bolsa extensão aos colaboradores (a parte técnica, professores e monitores) e serviço de pessoa física que irão atuar na execução do projeto de extensão intitulado “Universidade da Maturidade - UMAP -2014”	30/12/2013	31/12/2014	311.010,00	311.010,00						
5	2	32/2013	Constitui objeto deste instrumento a contratação da FUNPEA com a finalidade de prestar o serviço de pagamento de bolsa extensão aos colaboradores (a parte técnica, professores e monitores) e serviço de pessoa física que irão atuar na execução do projeto de extensão intitulado “Universidade da Mulher (2013 -2014).	30/12/2013	31/12/2014	278.070,00	278.070,00						
6	2	33/2013	Constitui objeto deste instrumento a contratação da FUNPEA com a finalidade de prestar o serviço de	30/12/2013	31/12/2014	57.960,00	57.960,00						

			pagamento de bolsa extensão aos colaboradores (a parte técnica, professores e monitores) e serviço de pessoa física que irão atuar na execução do projeto de extensão intitulado: Programa de Suporte a Extensão da Universidade Federal do Amapá (PROEX 2014).										
7	1	37/2013	Constitui objeto deste instrumento a contratação da FUNPEA para dar apoio aos projetos de ensino do Curso PROCAMPO, ofertado pela UNIFAP no que concerne à gestão administrativa e financeira, com recursos alocados no Orçamento Geral	30/12/2013	31/03/2015	436.016,40	424.000,00						
8	2	19/2014	Constitui objeto deste instrumento a contratação da FUNPEA para executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária ao pagamento de bolsas extensão aos colaboradores que irão atuar na execução do projeto de extensão intitulado "UNIMULHER (2015)".	21/11/2014	31/12/2015	256.000,00	0						
9	2	20/2014	Constitui objeto deste instrumento a contratação da FUNPEA para executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária ao pagamento de bolsas extensão aos colaboradores que irão atuar na execução do projeto de extensão intitulado "Programa de Suporte a Extensão da Universidade Federal do Amapá (PROEX 2015)", ofertado pela UNIFAP	21/11/2014	31/12/2015	89.460,00	0						
10	2	21/2014	Constitui objeto deste instrumento a contratação da FUNPEA para executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária ao pagamento de bolsas extensão aos colaboradores que irão atuar na	21/11/2014	31/12/2015	306.600,00	0						

			execução do projeto de extensão UMAP - 2015											
11	1	24/2014	Constitui objeto deste instrumento, a contratação da FUNPEA para dar apoio aos projetos de ensino do Curso PROCAMPO (Laranjal do Jari e Mazagão) ofertado pela UNIFAP no que concerne à gestão administrativa e financeira, conforme plano de aplicação aprovado pelo MEC/SECADI, com recursos alocados no Orçamento Geral da UNIFAP	01/12/2014	31/12/2015	692.000,00	0							
						Total	3.543.147,40	2.053.517,27					Total	
Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos														
Projeto			Recursos das IFES											
Nº	Tipo	Financeiros			Materiais		Humanos							
		Valor			Tipo	Valor	Quantidade	Valor						
16/2012	2	658.732,00			-	-	-	-						
20/2012	1	314.292,00			-	-	84	88.644,00						
23/2012	2	143.400,00			-	-	-	-						
31/2013	2	311.010,00			-	-	54	169.500,00						
32/2013	2	278.070,00			-	-	88	176.100,00						
33/2013	2	57.960,00			-	-	13	16.900,00						
37/2013	1	436.016,40			-	-	47	116.855,08						
19/2014	2	256.000,00			-	-	-	-						
20/2014	2	89.460,00			-	-	-	-						
21/2014	2	306.600,00			-	-	-	-						
24/2014	1	692.000,00			-	-	-	-						
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico														

Fonte: Divisão de Contratos/PROAD

* Dos projetos desenvolvidos por fundações não ocorreu instrumento de convênio, somente contratos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório disponibiliza à sociedade de forma clara e objetiva a execução orçamentária e física das ações executadas em 2014. Assim sendo, além de cumprir os princípios constitucionais que estabelecem a obrigatoriedade do gestor apresentar prestação de contas sobre os recursos públicos aplicados, disponibiliza à sociedade as principais atividades desenvolvidas pela Universidade, apontando os avanços e as dificuldades no desempenho de suas finalidades e competências.

Nos resultados obtidos, pode-se destacar o crescimento no quadro de pessoal, com a contratação de novos docentes e técnico-administrativos, implantação de novos cursos, a criação de novas vagas na graduação e a busca da consolidação do *Campus* Binacional, localizado em área estratégica.

No que tange aos demais resultados, encontram-se mencionados no decorrer do Relatório.